



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Cássia de Oliveira Gonçalves**

**IMPLICAÇÕES DO ABUSO SEXUAL NO PROCESSO  
EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA A CRIANÇA**

**Brasília  
2014**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Cássia de Oliveira Gonçalves**

**IMPLICAÇÕES DO ABUSO SEXUAL NO PROCESSO EDUCACIONAL: UM  
OLHAR PARA A CRIANÇA**

Trabalho Final de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do professor Dr. Eduardo Olívio Ravagni Nicolini.

Brasília, junho de 2014

### **Ficha Catalográfica**

Gonçalves, Cássia de Oliveira.

**IMPLICAÇÕES DO ABUSO SEXUAL NO PROCESSO EDUCACIONAL: UM OLHAR  
PARA A CRIANÇA**

Trabalho Final de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Orientação: Professor Dr. Eduardo Olívio Ravagni Nicolini.

1. Educação.
2. Abuso sexual.
3. Criança.

O Trabalho Final de Curso intitulado “Implicações do abuso sexual no processo educacional: um olhar para a criança” de autoria de Cássia de Oliveira Gonçalves foi apresentado em 08/07/2014 na Faculdade de Educação da Universidade Brasília à Comissão Examinadora abaixo assinalada.

---

Professor Doutor Eduardo Ravagni Nicolini – Orientador  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

---

Professora Doutora Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire – Membro  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

---

Professora Doutora Teresa Cristina Siqueira Cerqueira – Membro  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

---

Professora Doutora Silmara Carina Dornelas Munhoz – Membro  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

Dedico este trabalho à memória da tia querida, fonte de inspiração, que sonhou os sonhos antes que fossem. Aos pais e irmão amados, essenciais para o que sou e formação.

## AGRADECIMENTOS

*“É melhor ter companhia do que estar sozinho, porque maior é a recompensa do trabalho de duas pessoas. Se um cair, o amigo pode ajudá-lo a levantar-se.”*

*Eclesiastes 4:9-10*

Primeiramente e acima de tudo, agradeço ao Rei eterno, o Deus único, imortal, invisível, autor e consumidor da fé, ao Senhor que transbordou sobre mim, a fé, sabedoria, o amor e a graça que estão em Cristo Jesus.

Aos meus queridos e amados pais, Silas e Antônia pelo amor incondicional, por todo o apoio e fé que dispuseram a mim ao longo de toda minha trajetória de vida. Por terem compreendido e auxiliado durante meu percurso acadêmico.

Ao meu irmão, Caleb por ter feito dos meus dias mais leves, ainda que com sobrecarga, sabia me fazer sorrir, acreditar e não desistir.

À minha tia do coração, Geuza pelo incentivo, ainda quando menina, por seus sonhos e exemplo de vida.

Ao meu querido orientador, Professor Dr. Eduardo Ravagni, por acreditar na possibilidade desse trabalho, por suas ricas contribuições e acompanhamento, sem os quais este não seria realizado.

À doce Professora Dra. Sandra Ferraz, por me acompanhar durante o processo anterior a este trabalho, por suas considerações e palavras tão acolhedoras e instigantes, que muito contribuíram para a minha formação.

Às amigas que me acompanharam na Universidade de Brasília, Amanda, Camilla, Carina, Larissa, Josy, e Agnes agradeço pelo tempo e planos que tanto dispensaram ao meu lado e por terem enriquecido ainda mais minha vida com sua amizade.

À toda a equipe pedagógica da escola, por ter permitido de forma tão solícita, a pesquisa empírica, sem a qual este trabalho jamais seria concretizado.

Aos professores e crianças que tanto enriqueceram esta pesquisa como suas proposições.

*A única atitude intelectual digna de uma criatura superior é a de uma calma e fria compaixão por tudo quanto não é ele próprio. Não que essa atitude tenha o mínimo cunho de justa e verdadeira; mas é tão invejável que é preciso tê-la.*

**Fernando Pessoa**

## RESUMO

**Resumo** – O abuso sexual infantil é uma realidade cada vez mais forte e seus efeitos tem adentrado o contexto escolar. Dessa forma, um olhar para esse fenômeno é extremamente necessário para o bom desenvolvimento de um trabalho pedagógico efetivo. O presente estudo busca analisar as implicações do abuso/violência sexual no processo educacional de crianças no início da escolarização priorizando os olhares dos educadores sobre o tema. A pesquisa bibliográfica abordou temas como desenvolvimento infantil e aprendizagem, sexualidade e abuso sexual para melhor compreender a sensibilidade do abuso sexual e suas especificidades. A pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, se instrumentou com questionários à profissionais de uma escola de educação infantil e anos iniciais e desenvolveu uma análise de um estudo de caso concreto ocorrido nessa escola. Participaram sete professores, coordenador pedagógico, orientador educacional e diretor. Realizou-se uma análise temática, gerando categorias que possibilitaram compreender os posicionamentos dos professores perante o fenômeno. Esta apontou para o despreparo dos profissionais da educação no que tange a identificação de casos, sua importância e trabalho com alunos em situação de abuso. Foi observada a necessidade de uma formação de educadores que priorize a sensibilização perante esse tema, e ofereça ferramentas para dirigir um olhar sensível à criança.

Palavras-chave: *educação; abuso sexual; criança; professor.*



## ABSTRACT

Gonçalves, Cássia de Oliveira. **Sexual Abuse effects into the educational process: a look towards the child** (Implicações do abuso sexual no processo educacional: um olhar para a criança). Trabalho Final de Curso. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília: Brasília, 2014.

**Abstract** – Child sexual abuse has become a common and public reality in our society and its effects penetrate school context. Thus, it is extremely necessary a glance towards the phenomenon in order to develop an effective pedagogical work with those children. This study aims at analyzing sexual abuse effects within schooling processes of young children, giving priority to educators' perspectives about the theme. The literature review approached topics such as child development, learning, sexuality and sexual abuse in order to better understand its specificities. A qualitative based empirical work used questionnaires to analyzed how educators of a K-5 school responded to different aspects and situations and, it developed a study case analysis of a child from this school that had been abused. Seven teachers, the coordinator, and the counselor took part in the study. Results suggest that there is a lack of preparation of these professionals in order to identify and to deal with students under sexual abused conditions in the classroom. There is a need for educational training that targets the phenomenon and helps teachers to develop a sensitive look towards the abused child.

**Keywords:** *education; sexual abuse; children; teacher.*

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

## **PARTE I – MEMORIAL**

Memórias de uma aspirante.....	14
--------------------------------	----

## **PARTE II – MONOGRAFIA**

Introdução .....	20
------------------	----

### **Capítulo 1. Um olhar à sexualidade**

<b>O fenômeno do abuso sexual e sua relação em contexto escolar .....</b>	<b>22</b>
---	-----------

1.1 Sexualidade: perspectiva histórica e conceituação .....	22
---	----

1.2 Enfoques teóricos em desenvolvimento humano e sexualidade.....	24
--	----

1.2.1 Contribuições de Sigmund Freud.....	24
---	----

1.2.2 Contribuições de Henri Wallon.....	28
--	----

1.2.3 Contribuições de Jean Piaget.....	30
---	----

1.2.4 Contribuições de Michel Foucault .....	32
--	----

1.1 A sensibilidade do abuso sexual.....	34
--	----

1.2 Estudos sobre o tema .....	40
--------------------------------	----

1.3 A escola e o abuso sexual .....	45
-------------------------------------	----

1.3.1 Legislação brasileira.....	45
----------------------------------	----

1.4 A exposição do abuso sexual na escola .....	47
---	----

<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>52</b>
------------------------	-----------

<b>Capítulo 2- METODOLOGIA .....</b>	<b>53</b>
--------------------------------------	-----------

2.1 Contexto de pesquisa.....	54
-------------------------------	----

2.2 Participantes .....	55
-------------------------	----

2.3 Métodos e procedimentos.....	56
----------------------------------	----

<b>Capítulo 3- RESULTADOS E ANÁLISES .....</b>	<b>58</b>
<i>3.1 O caso Helena .....</i>	<b>59</b>
<i>3.2 Questionários .....</i>	<b>65</b>
<i>3.2.1 O professor frente ao abuso .....</i>	<b>65</b>
<i>3.2.2 A dinâmica da turma .....</i>	<b>67</b>
<i>3.2.3 A aprendizagem da criança que vivencia ou vivenciou abuso .....</i>	<b>69</b>
<i>3.2.4 Frequência de casos em sala de aula .....</i>	<b>70</b>
<i>3.2.5 Importância do caso .....</i>	<b>72</b>
<i>3.2.6 Envolvimento da escola .....</i>	<b>73</b>
<i>3.2.7 Desafios que a situação de abuso impõe ao educador.....</i>	<b>75</b>
<i>3.2.8 Concepções de abuso sexual pelos educadores .....</i>	<b>77</b>
<i>3.2.9 Sugestões .....</i>	<b>78</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS- À guisa de concluir.....</b>	<b>81</b>
<b>PARTE III - PERSPECIVAS FUTURAS</b>	
O fim nunca está próximo.....	84
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>88</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Incidência de abuso sexual.....	41
Tabela 2 – Desenhos.....	42
Tabela 3 – Sintomas/comportamentos em abuso sexual .....	44
Tabela 4 – Participantes da pesquisa .....	56
Tabela 5 – O que faria se a criança em situação de abuso estivesse em sua turma? .....	66
Tabela 6 – Consequência de um caso na dinâmica da sala .....	68
Tabela 7 – Formas de interferência do abuso sexual na aprendizagem escolar da vítima .....	69
Tabela 8 – Casos ou desconfianças de abuso sexual em sala.....	71
Tabela 9 – Porque acha importante saber há aluno em situação de abuso .....	72
Tabela 10 – Que tipo de trabalho a escola pode realizar .....	74
Tabela 11 – Dificuldades para um professor lidar, em sua sala de aula, com situações de abuso/violência sexual .....	76
Tabela 12 – O que entende por violência/abuso sexual .....	77
Tabela 13 – Sugestões para a pesquisa .....	79

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Declaração de casos.....	71
Gráfico 2 – Importância de saber se há abuso na prática em sala .....	72
Gráfico 3 – Importância de intervenção pedagógica .....	73
Gráfico 4 – Sugestões .....	79

## LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Carta de apresentação à escola .....	88
Apêndice 2– Termo de consentimento .....	89
Apêndice 3– Questionário .....	90

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho se constitui um dos requisitos para a conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sendo resultado da trajetória de graduação da autora. O tema desenvolvido é advindo de inquietações da pesquisadora durante a prática escolar sobre as implicações do abuso sexual no processo educacional: um olhar para a criança.

Assim como postula as Diretrizes do Projeto 5- Trabalho Final de Curso (TFC) do Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, o trabalho está dividido em três partes: Memorial, Monografia e Perspectivas Futuras. A primeira parte, o Memorial “Memórias de uma aspirante” está formado pelo relato das memórias educativas da pesquisadora, bem como as experiências na graduação que levaram aos questionamentos sobre o abuso sexual.

Na segunda parte, a Monografia abrange a introdução, a revisão teórica sobre o tema, os objetivos, a metodologia contendo a exposição dos procedimentos empíricos realizados, os resultados e análises obtidos e, por último, as considerações finais. Toda essa parte é constituída pelo estudo teórico e trabalho empírico: são descritos os aspectos relacionados com o abuso, bem como os questionamentos e impressões a cerca do fenômeno priorizando o olhar dos educadores e enfatizando as implicações que o fenômeno acarreta no contexto escolar e de desenvolvimento de crianças abusadas.

A terceira e última parte são apresentadas ao leitor as perspectivas futuras da pesquisadora, após a conclusão da graduação em pedagogia, suas aspirações e sonhos para a continuação de seu processo educativo.

## **PARTE I – MEMORIAL**

### **Memórias de uma aspirante**

*“Memorável! É assim que se denomina alguém ou algo digno de ser lembrado.”*

*Mario Sergio Cortella*

Minha história inicia-se no dia 25 de fevereiro de 1992 em Taguatinga- DF. Tenho um irmão três anos mais velho, com quem pude aprender e partilhar momentos incríveis e divertidos. Sou filha de pai goiano e mãe nordestina, uma boa e diferente mistura. Pertencço a uma família tradicional, de modo que desde pequena recebi ensinamentos acerca de valores, deveres a cumprir e responsabilidades, que permeiam toda a minha vida e história.

Passei os primeiros sete anos de minha infância em uma pequena cidade no estado de Goiás, na divisa com o Distrito Federal. Foram anos cercados de simplicidade em uma cidade pacata para os adultos, mas creio que apenas para eles, pois para as crianças aquele lugar era o paraíso da diversão e amizade.

Como tenho um irmão três anos mais velho sempre fui bastante curiosa com relação aos estudos e chorava bastante para acompanhá-lo à escola, mas ainda não tinha a idade necessária, na época as escolas aceitavam crianças apenas na faixa de seis a sete anos de idade. De tanto insistir foi dado o início na minha vida escolar aos seis anos, ainda na pequena cidade, na escolinha Bem Me Quer, nome que eu considero bem sugestivo.

Não me recordo muito bem dessa época, a não ser de alguns coleguinhas, de um sobrado extremamente colorido e vivo, atividades de colagens, bolinhas de papel crepom, brincadeiras, desenhos para colorir, folhas em branco para desenhar ou mesmo as longas paredes brancas da casa, o terror da mamãe, e é claro, muitas historinhas contadas pela “tia”.

No ano seguinte minha família mudou-se da pacata cidadezinha de Goiás para a sonhada Capital Federal, mais precisamente para a cidade do Guará. Nesta cidade eu frequentava uma escola pública da região e não conseguia me adaptar a toda aquela mudança, era uma realidade completamente diferente. Sendo assim em “ano de

alfabetização” o maior desafio não era o de ler e escrever, mas sim a nova e enorme escola.

Talvez pelas grandes dificuldades enfrentadas nesse período de adaptação, em um ambiente e universo totalmente novo, não consigo me recordar de nada que vá além de tarefas repetitivas sobre o alfabeto, talvez sílabas, e na maioria do tempo gracinhas dos colegas com a aluna nova do interior. Hoje analiso o meu processo de alfabetização de uma maneira completa e fundamentada. Para mim, mesmo que não fosse aquele letramento oficial, o qual registramos em papel, eu já fazia a minha própria leitura de mundo, tal qual ela é.

Aprendi a ler e escrever brincando, pois não me lembro de nenhum momento da minha infância que não fosse uma grande brincadeira e foi a partir do lúdico que aprendi as letras, seus respectivos sons, bem como sua junção para a formação de palavras. Por morar em uma grande casa no interior, brincávamos o dia inteiro (eu, meu irmão e às vezes alguns colegas) de tudo o que se possa imaginar, carrinho, desenhar na terra, escorregar no sabão, subir em árvores, aprender a andar de bicicleta e não sair mais dela, comer frutas direto do pé, enfim, uma infinidade de coisas que abriam espaço a imaginação.

Diante de todo o contexto que vivenciava aprendi a compreender o mundo com as mãos, já conseguia dar significado a cada palavra, situando-a no seu devido lugar. Assim, ler e escrever foi simplesmente sistematizar todo o conhecimento obtido mediante a experiência lúdica. Relembro que a primeira palavra que percebi ter lido, aos sete anos, na primeira série, foi VEJA. Saí correndo e perguntei à minha mãe se havia lido certo, e após a confirmação da leitura procurava palavras e lia todas para ela.

Desse momento em diante virei a Cássia Tagarela. Lia tudo, amava placas, como todo aprendiz, pois oportunizavam diversas leituras do mundo. A minha alfabetização ocorreu de forma natural e espontânea.

Na 3ª série sofri um acidente e fiquei três meses impossibilitada de ir à escola, sendo crucial o apoio que obtive de minha família e da minha professora. Nesse período recebi o auxílio de diversas pessoas, meus pais, amigos, familiares, e até mesmo da professora, que fazia questão de, na minha casa, para passar exercícios e aplicar a prova. Um amor.

Sempre gostei de estudar. Ainda me recordo do cheirinho dos materiais, livros e cadernos, eles me encantavam. Chegava da escola com uma enorme vontade de

estudar e fazer as lições de casa. Ficar sem ir à escola por qualquer o motivo, era sempre frustrante.

O momento seguinte retrata a expansão do meu letramento: o ensino fundamental e médio foi realizado em diversas escolas públicas do Guará. Sempre amei os estudos, apenas os estudos e não muito a escola. Tive a oportunidade de ter excelentes professores, que marcaram e auxiliaram toda a minha “caminhada”.

A educação fundamental foi pautada de novas descobertas, tanto nos temas escolares como na própria relação com os colegas. Se de fato há grandes momentos desse processo, não me recordo, entretanto hoje creio que quando o ambiente é um fator estimulante, o processo acaba por acontecer de forma tão natural que nem mesmo nos lembramos de como aconteceu.

Passei a me interessar muito pelo que os professores faziam na 5ª série (atual 6º ano), pois aumentou a quantidade de professores e assuntos, cada vez mais vastos e interessantes. Tive excelentes professores e me lembro da maioria deles: Cleonice, professora de Ciências, Giovana, de Matemática, Luiza, de Português, Antônia, de Geografia, Carlos, de História, Maria Tereza, de Educação Física, e outros.

As aulas de História pareciam sempre fascinantes, pois soavam como um mundo novo. Obtive por meio dessas aulas o primeiro contato com a história do meu país e do meu distrito. Recordo-me do professor adentrando a sala, sentando-se à mesa e explicando tudo o que cercou as primeiras histórias que constituíram o Brasil e seu povo, como quem conta qualquer outra história, e era essa simplicidade que me fascinava.

Já na segunda parte do ensino Fundamental, tive que mudar de escola, passava agora para uma realidade assustadora, eram 15 novas matérias e diversos professores. Entretanto, surpreendi a mim mesma, utilizei o meu desejo pelos estudos e me saí bem. Todas as matérias conseguiam me chamar a atenção, de uma forma ou de outra.

A professora de História dessa escola me acompanhou da 7ª série (atual 8º ano) do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Essas aulas todas me trouxeram boa parte do conhecimento, questionamentos e reflexões acerca do mundo que ainda tenho hoje.

Obviamente o conhecimento evoluiu, entretanto só o fez com base no que antes já existia. E foi com o incentivo de ótimos professores e principalmente da professora de História que comecei a sonhar com a Universidade de Brasília, sonho esse bem distante da realidade da maioria dos alunos.



No primeiro ano do Ensino Médio perdi uma tia muito querida, que representava tudo o que eu sonhava ser um dia. Era uma pedagoga incrível, que sempre acreditou em mim, torceu, mostrou-me na prática, por vezes, a realidade da educação da forma mais encantadora possível. Sempre a admirei. Era a quem eu recorria sempre que tinha dúvida. Ao perder minha Tia Geuza, segunda mãe, como todos diziam, me vi no momento sem grandes estímulos para continuar estudando, mas foi pensando em todos os conselhos que ela sempre me deu que encontrei forças para vencer e finalizar com sucesso os últimos anos no ensino médio.

Por fim, no segundo semestre de 2010, conquistei a minha vaga na Universidade de Brasília (UnB) e tenho feito o máximo de mim a cada dia, como prova para quem um dia acreditou no meu potencial, mesmo sem grandes indícios para tal façanha, uma verdadeira educadora.

Na universidade achei tudo encantador e me apaixonei por esse universo. Pude passar por diversas disciplinas e professores excelentes, que me instigaram e me fizeram ainda mais apaixonada pelo curso, e também por outros que por um momento me fizeram pensar em desistir da educação, diante de tanta falta de responsabilidade e respeito para com a educação e formação de seus alunos.

No segundo semestre fiz parte do projeto Saúde Integral, do qual participei por cerca de um ano e meio. Foi lá o meu primeiro contato com sala de aula e já com uma turma multisseriada: trabalhávamos com alunos de sete a doze anos de idade. Nesse momento já pude ter a certeza que havia escolhido corretamente o meu curso.

A proposta acadêmica da Pedagogia da Faculdade de Educação - UnB busca a formação do discente por meio de projetos temáticos. Então, procurei por algo que me desse maior oportunidade de estar inserida em escolas, já que sentia falta da prática atrelada à teoria. Participei de um projeto denominado “Ateliê de Projetos”, que visava à inserção, discussão e produção de projetos que auxiliassem o trabalho dos professores em contexto de escola pública, tanto na educação infantil como no ensino fundamental.

A partir do trabalho no projeto, por iniciativa própria busquei experiências diárias em contexto escolar. Iniciei um estágio não obrigatório em escola de educação infantil. A prática em sala de aula, ligada às reflexões realizadas na comunidade acadêmica, muito me instigou, especialmente ao longo das experiências do estágio não obrigatório e do Projeto 4 (estágio supervisionado obrigatório).

Passei também a me interessar pelo trabalho do orientador educacional junto aos alunos. Na verdade, ainda quando criança eu tive bastante contato com essa área por

intermédio da tia Geuza, citada anteriormente. Ela realizava um trabalho fundamental para o melhor desenvolvimento da escola e alunos. Trabalhava assuntos diversos, como: dificuldades de aprendizagem, higiene, educação sexual, família, amizade e temas que dependiam da demanda trazida pelos próprios alunos. Talvez tenha sido essa área, pela qual sempre fui encantada, que mais me influenciou na opção pela pedagogia.

Inserida em uma escola de educação infantil como estagiária pude observar comportamentos relacionados à sexualidade que me chamaram muito a atenção. Em uma das semanas na sala de aula, um aluno de cinco anos de idade começou a procurar por outros meninos da sala, a fim de brincarem. Essas brincadeiras envolviam sempre o toque em partes íntimas dos alunos, beijos e carícias. A situação decerto logo me incomodou, mas a professora parecia achar graça da “brincadeira”. Com passar das semanas a brincadeira foi evoluindo, quando percebi, todos os meninos da sala já haviam se envolvido na situação. Comentei com a professora que acreditava que a situação devia ser contornada e a mesma percebeu certa gravidade na circunstância, pois naquele momento o aluno acabara de encostar outro menino de costas para a parede e tentava lhe dar um beijo, a outra criança pareceu assustada com a brincadeira e o empurrou, disparando uma série de palavras duras. A professora passou então a sempre deixá-los distantes e quando a “brincadeira” iniciava, logo gritava pedindo para que se afastassem.

Aquela circunstância deixou-me totalmente desconfortável, até então nunca havia percebido o quão fortes eram essas situações em uma sala de aula. Como auxiliar da professora, eu acabava por ficar com os alunos por mais tempo, pois os acompanhava em todos os momentos e aulas extras. Percebi que essas ocorrências permeavam todos os espaços da escola e me senti incomodada a agir frente à situação. Conversei com uma das crianças perguntando onde ela havia aprendido essa “brincadeira”, o aluno respondeu que tinha visto na televisão, no momento expliquei que certas coisas não pertencem ao universo das crianças e que as brincadeiras de crianças são diferentes.

Obviamente minha explicação não fez o menor sentido e a situação não cessou. A cada dia que passava a minha preocupação aumentava e com ela os questionamentos a respeito do que o professor pode fazer para resignificar tais situações. E como lidar com as brincadeiras que as crianças fazem entre si que envolvem direta ou indiretamente expressões de relações sexuais? Procurei o Serviço de Orientação Educacional da escola, que me orientou a atrair a atenção das crianças para outras coisas quando a brincadeira começasse, e na mesma conversa a orientadora me relatou que a

criança que havia iniciado a brincadeira havia sido abusada sexualmente por um garoto na faixa de 10 a 11 anos.

A partir dessa informação, a situação mudou completamente de sentido para mim. Soube que os pais, ao tomarem conhecimento do abuso, decidiram evitar manifestações afetivas e de carinho com o filho, talvez no intuito de que a criança superasse o trauma da experiência. Para mim, a postura que os pais tomaram não era efetiva para o abuso sexual sofrido pelo menino, pois ele passou a recriar o que havia sentido em um novo contexto, no caso, com os colegas de turma. Essas questões não saíram mais da minha mente e me despertaram interesse por questões relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade e sua manifestação na escola, bem como a conduta do professor frente às situações que remetem ao abuso. Foi nesse contexto que dei início à construção do meu trabalho de conclusão de curso.

## PARTE II – MONOGRAFIA

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso baseia-se sobre a perspectiva de implicações do abuso sexual no processo educacional: um olhar para a criança. Busca-se compreender os fenômenos relacionados ao abuso em contexto escolar. Para tanto faz-se necessário analisar as concepções dos educadores sobre tais implicações, bem como, suas percepções sobre o abuso sexual.

Para um bom direcionamento do estudo, este é orientado pelos seguintes objetivos:

- Objetivo Geral - analisar as implicações do abuso/violência sexual no processo educacional de crianças no início da escolarização priorizando os olhares dos educadores sobre o tema.
- Objetivos Específicos - compreender como os educadores percebem o tema e sua importância, identificar as formas de atuação de educadores junto à educandos em situação de violência sexual e refletir sobre as possibilidades de um trabalho pedagógico que possibilite melhor acompanhamento desses educandos junto à comunidade escolar.

O contexto escolar envolve aspectos que tem como foco o aluno, mais especificamente a aprendizagem deste. Nesse sentido, as diversas relações estabelecidas, o trabalho pedagógico e as questões e problemas nessa trajetória escolar tornam-se relevantes para o bom desenvolvimento do aluno e suas demandas. Entretanto, existem questões que estão sendo incluídas na escola e não têm recebido o olhar necessário, deixando lacunas nesse processo. O abuso sexual e a incidência dele em crianças o inserem automaticamente na escola, de modo que o aluno pode ter seu processo educacional/escolar prejudicado junto a todas as dimensões do desenvolvimento da criança. Assim torna-se relevante investigar como o abuso pode implicar no processo educacional e compreender como esta criança-aluno é percebida.

Leva-se ainda em consideração a carência de estudos na área, visto que encontrada uma grande dificuldade para encontrar pesquisas com relatos empíricos em educação. Há um labirinto quando se procura compreender as especificidades do abuso sexual e suas implicações em contexto escolar. Parte das pesquisas mostram resultados sem apresentar sua aplicação, ou vice-versa. Desse modo, mostra-se ainda mais

pertinente pensar o abuso sexual levando para o contexto escolar e para todos os sujeitos participantes desse processo.

Para o aprofundamento das perspectivas deste trabalho, foi realizada uma pesquisa teórica com autores que se lançam a compreender sobre assuntos na área: Araújo (2006), Amazarray e Koller (1998), Barros (2008), Borges (2008), Gauderer (1999), Watson (1994). Foi realizada uma pesquisa empírica em uma escola privada do Distrito Federal com nove professores e uma observação de um caso de abuso sexual de uma criança inserida na escola citada.

No primeiro capítulo estão contidas as revisões de literatura sobre os conceitos referentes ao estudo. Para melhor acompanhamento das especificidades relacionadas ao abuso, o capítulo está dividido em tópicos e subtópicos, que conceituam e se relacionam com a problemática. São eles: perspectiva histórica e conceituação da sexualidade, os enfoques teóricos de Freud, Foucault, Freud, Piaget e Wallon no intuito de tecer relações entre desenvolvimento humano e sexualidade, a sensibilidade do abuso sexual, a escola e o abuso sexual. Como último tópico são abordadas as representações da exposição do abuso sexual na escola.

O segundo capítulo apresenta a descrição da metodologia utilizada. Orientada pela análise teórica sobre pesquisa social em abordagem qualitativa, são relatados os procedimentos empíricos. A metodologia apresenta o contexto em que a pesquisa foi realizada, seus participantes e procedimentos, contendo a observação e análise de um caso de abuso sexual e sua implicação em contexto escolar, e a aplicação de um questionário realizado com professores da mesma instituição de ensino.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados da pesquisa e as análises realizadas a partir da revisão bibliográfica obtida no capítulo primeiro. Em decorrência das análises dos resultados são apresentadas as considerações finais da pesquisa relacionando as observações feitas por meio dos objetivos traçados inicialmente e os procedimentos empíricos alcançados.

## **CAPÍTULO 1 - UM OLHAR À SEXUALIDADE**

### **O fenômeno do abuso sexual e sua relação em contexto escolar**

*"Quem exagera o argumento, prejudica a causa."*

*Friedrich Hegel.*

O abuso sexual é uma forte realidade nos dias atuais e, como boa parte dos assuntos, também tem seus reflexos na escola. Muito por ser uma parte de representação social, a escola acaba por respirar também as problemáticas da sociedade. Sendo assim, faz-se necessária uma análise sobre o abuso sexual no processo educacional de crianças no início da escolarização priorizando os olhares dos educadores sobre o tema. Entretanto, para essa análise é preciso compreender o abuso sexual e suas especificidades, entendendo ainda que não se pode fazê-lo sem que antes pensemos na sexualidade.

A sexualidade tem se manifestado presente, a cada dia no vocabulário popular, por meio da aceitação ou da crítica em relação à forma apelativa do uso da questão sexuada em comerciais de TV ou de rádio, que obviamente visam lucro, ou em programas de televisão e sites na Internet, que fomentam o desabrochar da sexualidade como vínculo de relacionamentos. Entretanto, ainda há muita confusão no que diz respeito ao que de fato é a sexualidade. E, diante da falta de compreensão ou de interpretação do que a sexualidade representa para cada pessoa ela e velada, ou melhor, não falada no espaço escolar e, obviamente, muito mais quando se encontra ligada ou manifestada mediante problemas mais graves, como é o do abuso sexual. O presente capítulo aponta em seis tópicos e cinco sub-tópicos, perspectivas sobre a sexualidade, o entendimento a respeito do abuso sexual como uma problematização desta e o tratamento das questões que envolvem os dois fenômenos no contexto escolar. Apresenta, ainda, pesquisas recentes no tema.

#### **1.1 Sexualidade: perspectiva histórica e conceituação**

O termo sexualidade surgiu no início do século XIX a fim de estabelecer relação entre os campos diversos do conhecimento que se ligavam ao termo. Aspectos biológicos e aspectos sócio-individuais relativos ao comportamento humano, bem como

regras e normas que culturalmente ordenaram os conceitos em torno da sexualidade. .  
(FOUCAULT,2006, p. 9, v.2).

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. (FOUCAULT, 2006, p. 9, v.1).

O que antes era apresentado sem o menor pudor, passa a ser controlado pelo discurso que, silenciado, com o passar dos tempos, transforma a realidade em torno a uma temida sexualidade, significando-a de forma e segmentada, causando assim “um certo estranhamento do sujeito humano com sua própria sexualidade.” (NUNES, 1959, p. 13). A sexualidade passa a ser vista como algo distante do indivíduo. Ligada, usualmente, ao pecado, e assim passa a ser compreendida de forma coibida, e que “frequentemente [...] se encontra envolta em um feixe de valores morais, determinados e determinantes de comportamentos, usos e costumes sociais que dizem respeito a mais de uma pessoa. Daí o seu caráter social explosivo” (NUNES, 1959, p. 13), pois parece intocável e danosa. Isto é, a sexualidade se transforma numa questão intocável e danosa que delimita espaços entre o “meu” e o “teu”, citando os conceitos de Martin Buber (1878 - 1965

Segundo esse autor, (judeu de origem austríaca, filósofo, escritor e pedagogo) não há existência sem comunicação e diálogo, ou seja, entre a relação Eu-Tu, ou entre experiência do Eu-Isso, que possibilitam a existência. Segundo Buber o ser humano nasce com a capacidade intersubjetiva de considerar ao outro um viés de interrelacionamento que capacita os relacionamentos entre o Eu e o Tu. Neste viés de análise pode-se compreender que à “trancafiada sexualidade”, por apresentar-se como forma de inter-relacionamento, passa a fazer parte, presente ou velada, do conjunto da

realidade que entorna ao ser humano, capacitando o desvelar de questionamentos em torno dela. Ainda, com certo resguardo, mas abrindo a possibilidade do diálogo com o Eu e com o TU no espaço da identidade sexuada. Entretanto,

Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Este relativismo não pode ser irresponsável. Ele nos permite perceber a construção social da sexualidade sem contudo fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo. É uma tarefa gigantesca. (NUNES, 1959, p. 14)

Entendemos então que, para compreendê-la, faz-se necessário incluir a sexualidade em dimensões que abrangem toda a pessoa. Desta forma, Marciano Vidal (2002) propõe dimensões que viabilizem a compreensão da sexualidade como uma questão não apenas restrita ao “sexo” uma vez que ela tem “repercussões em todas as manifestações da vida pessoal” (VIDAL, 2002, p. 20). A sexualidade é dinâmica, evoluindo ao longo da vida, mesclando-se aos valores que, sócio-culturalmente capacitam que; “assim como a pessoa [...] se exprime em diversos níveis, assim também o sexo conhece diversos níveis de expressão” (VIDAL, 2002, p. 21). “A sexualidade desempenha um papel decisivo no desenvolvimento [...] ordena-se no sentido total da existência humana. A sexualidade é uma força violenta” (VIDAL, 2002, p. 22). Não há como desvinculá-la do processo de desenvolvimento da pessoa, bem assim como não se pode fragmentá-la, ela faz parte das relações do sujeito consigo e com os outros, ou seja, das relações do Eu-isso e do Eu-Tu, nos conceitos de Buber.

## **1.2 Enfoques teóricos em desenvolvimento humano e sexualidade**

### *1.2.1 Contribuições de Sigmund Freud*

Sigmund Freud (1856-1939), médico neurologista austríaco, estudou medicina na Universidade de Viena, decidindo dedicar-se à prática da neurologia clínica, pôde observar diversos distúrbios, que não correspondiam diretamente ao espaço de abrangência da neurologia, a exemplo das manifestações que apresentavam os pacientes histéricos. Foi assim que, baseando-se nos estudos realizados por Charcot (Neurologista Francês) seu mestre, idealizou a teoria da psicanálise em relação ao que ele denominou



conteúdo inconsciente, nas manifestações ligadas ao comportamento histórico. Em sua teoria Freud afirma que o pensamento e o comportamento são influenciados por forças psicológicas conscientes e inconscientes, que acompanham o sujeito ao longo da sua existência, desde a infância a fase adulta. Ou seja, as experiências vividas possuem elevada significância na constituição da personalidade adulta, porém, Freud ressalta que é a partir da puberdade que a sexualidade humana se reafirma ou consolida diante das possibilidades que o corpo oferece, biológica e hormonalmente, de poder praticar o ato sexual. Freud, no entanto analisa, nas diferentes etapas ligadas ao desenvolvimento, o comportamento sexual infantil ligando-o a diferentes forças parciais que se estabelecem por meio de quatro fases, oral, anal, fálica e genital. Isto é, diferentes regiões do corpo que permeiam o desenvolvimento da personalidade e que numa sequência de estádios psicosexuais percorrem a história de vida do sujeito.

Na primeira fase oral a fonte de prazer é a boca. Local por onde a criança engole ou cospe o que lhe é oferecido por meio da alimentação. Neste momento da vida a criança acaba por ser um objeto muito passivo e dependente da ação de elementos externos a da mãe, por exemplo, para a obtenção da satisfação do impulso associado a fome. Relação que podemos observar, em relação a este trabalho, de forma positiva ou negativa, uma vez que, se não superada esta fase o sujeito pode continuar, ao longo da sua história de vida, na procura do objeto que, através da boca, brinda prazer. Ou seja, caso se desencadeie uma fixação nessa fase do desenvolvimento, podem oportunizar-se diversas formas de perversão que, associadas a outros comportamentos, capacitam ações de estupro ou violação, por parte de terceiros.

Na segunda fase, aquela que Freud situa entre o segundo e terceiro anos de vida, a zona erógena é o ânus, relacionada com o desenvolvimento do controle dos esfíncteres. Esta é uma região que contrapõe os conceitos sociais de higiene, reforçados pelo adulto mediante ordens verbais de: “não toque”, “isso é sujo”, “já lavou as mãos?” etc., mas que, no entanto, mantém elevado teor de satisfação para o ser humano e, de forma mais pontual, para a criança. E, novamente sobre o viés de análise deste trabalho, este prazer primário pode não desaparecer gerando a base ou sustento de algum tipo de fixação, associada a essa região do corpo.

A terceira fase, a fálica, é marcada pela exploração, por parte da criança, dos seus órgãos genitais. Interesse fundamental do presente trabalho, uma vez que olhando, tocando, palpando, brincando com seu corpo, a criança determina a posse do corpo

em torno às características anatomo-biológicas que o caracterizam. E, assim também, despontam novas perspectivas de conflitos, ligados a esse reconhecimento que, nos meninos se encontra associado ao conflito de Édipo e, ao conflito de Electra, nas meninas. A criança começa a pré-formatar sua identidade sexual - "menino", "menina" - que transforma a dinâmica da relação entre pais e filhos uma vez que os pais passam a desempenhar o rol de objeto desejado, em relação à energia que acarreta esse reconhecimento sexuado e que Freud distinguiu como impulso ou energia libidinal ligada a organização sucessiva da pulsão sexual sob o comando de uma determinada região do corpo. Foi Santo Agostinho quem distinguiu três tipos de desejos: a libido sciendi, desejo de conhecimento, a libido sentiendi, desejo sensual em sentido mais amplo, e a libido dominendi, desejo de dominar. Freud tomando como base os estudos de Santo Agostinho entendeu que a libido está presente em diversas áreas da vida, a exemplo das atividades artísticas e/ou culturais, e não apenas no impulso sexuado, porém, ressaltando que nesta fase do desenvolvimento ela aparece com maior intensidade no impulso que gera o reconhecimento sexuado.

A quarta fase, que Freud denominou de latência, designa uma etapa transitória compreendida entre o primeiro período que vai desde o nascimento até a fase fálica e o terceiro período que vai da puberdade a maturidade sexual.

Período que vai do declínio da sexualidade infantil (aos cinco ou seis anos) até o início da puberdade, e que marca uma pausa na evolução da sexualidade. Observa-se nele, deste ponto de vista, uma diminuição das atividades sexuais, a dessexualização das relações de objeto e dos sentimentos (e, especialmente, a predominância da ternura sobre os desejos sexuais), o aparecimento de sentimentos como o pudor ou a repugnância e de aspirações morais e estéticas. Segundo a teoria psicanalítica, o período de latência tem origem no declínio do complexo de Édipo; corresponde a uma intensificação do recalque – que tem como efeito uma amnésia que cobre os primeiros anos -, a uma transformação dos investimentos de objetos em identificações com os pais e a um desenvolvimento das sublimações (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001)

Na última fase, a genital, que se inicia na puberdade capacita-se a possibilidade de obter prazer através da relação sexual.

Para Freud a educação sexual da criança deve ser realizada de forma natural, ou seja, as crianças devem receber informações sobre a sexualidade ou sobre o relacionamento sexual, quando demonstrarem interesse pelo assunto. Pois se ela

interessou-se já existe nela algo de natureza sexual, logo as informações não lhe devem ser negadas para que ela possa dominar intelectualmente o que ela, de alguma forma, já vivencia direta ou indiretamente. A participação do educador, em relação aos questionamentos da criança, deve ser sempre “dual”, isto é, em dupla mão. Não apenas dando subsídios, porém ouvindo as colocações da criança no sentido de poder despistar possíveis fixações ou traumas que a linguagem possibilita captar. Freud propõe que o adulto, educador ou não, realize uma previa análise da sua infância, de modo que haja, primeiramente, uma compreensão sobre a criança pretende entender em relação ao sexo e que, em muitos casos não foi adequadamente resolvido pelo adulto. Torna-se impossível educar sem perceber o conteúdo da necessidade do outro. Wallon, e Freud teorizando de acordo com diferentes pontos de análise, sobre as questões que envolvem o processo de desenvolvimento humano realizam recortes, em torno de diferentes etapas que habilitam idade esse desenvolvimento. Enquanto Wallon propõe que esse desenvolvimento se dá por meio da interação recíproca homem/mundo, no viés da emoção e da afetividade, Freud postula que o conteúdo emocional se pauta nas experiências que uma determinada zona erógena, ou seja, uma determinada região do corpo, epiderme ou mucosa, que quando excitada procura uma sensação de prazer. Assim, segundo Wallon e Freud a criança passa de uma fase de satisfação emocional ou erógena a outra, segundo cada autor, capacitando, afetivamente, em relação a diversas características peculiares de estar no mundo.

A sexualidade e os aspectos e características que a circundam, constituem, no entanto, o foco principal de análise do presente trabalho.

Wallon ressalta a necessária interação entre a criança e o meio na constituição da sua identidade sexuada. e Freud nos aspectos ligados à vivência sadia dos impulsos inconscientes que capacitam a sexualidade.

A sexualidade, segundo Vidal, “Não se reduz ao âmbito dos impulsos genitais; a sexualidade não se define pela genitalidade nem muito menos pelo mero ato sexual” (VIDAL, 2002, p. 19-20). Assim, a sexualidade não pode ser vista de uma forma reducionista, “a sexualidade, portanto, abrange toda a pessoa humana.” (VIDAL, 2002, p. 20). Nessa perspectiva a sexualidade “afeta de cima a baixo a totalidade da pessoa humana.” Emocional, afetiva e consciente/inconsciente relação da criança com o mundo que também capacita o aparecimento ou desvelar de conflitos paralelos que, não solucionados, podem ferir a construção do espaço sexuada do sujeito.

### *1.2.2 Contribuições de Henri Wallon*

Henri Wallon, (médico, professor e psicólogo francês), mesmo não tendo aprofundado nas questões referentes à sexualidade infantil, realizou estudos sobre o desenvolvimento infantil em relação ao que ele denominava pensamento dialético. A gênese do desenvolvimento da inteligência é genética, segundo esse autor, e organicamente social, isto é, segundo a opinião de Dantas; "o ser humano é organicamente social e sua estrutura orgânica supõe a intervenção da cultura para se atualizar". Logo se compreende que o desenvolvimento da criança não é contínuo, porém ele resulta da evolução maturacional dos sistemas biológicos, geneticamente previstos, e da intervenção do ambiente, isto é, dos conflitos e contradições que auxiliam na construção da identidade da criança. Para Wallon a alternância entre os conflitos de origem exógena e endógena é que ditam o ritmo do desenvolvimento. Wallon aponta que o crescimento biológico, acontece juntamente com o desenvolvimento social e emocional, estando ligados aos aspectos afetivos (RAVAGNI, 2007, p. 32). A teoria de Wallon propõe que a análise de situações evitem o reducionismo, buscando sempre ampliá-las ou compreende-las no espaço de uma visão multifatorial, onde os aspectos sejam observados e ponderados dialeticamente. Isto é, o desenvolvimento da criança pode ser percebido no entrelaçamento de suas condições orgânicas e das condições de existência cotidiana, dentro do contexto social e cultural, numa determinada época.

A análise genética estuda o indivíduo biologicamente e as comparações múltiplas que poder ser percebidas, em relação ao espaço sócio-cultural, brindam a oportunidade de poder analisar dialeticamente o mundo da criança. Na proposta de Walloniana essas visões não se somam e nem se completam, mas interagem causando efeito uma na outra.

Wallon então propôs fases no desenvolvimento do sujeito. E ele denominou esses espaços de desenvolvimento de estágio, uma vez que estágio significa, aprendizado, exercício, prática. Estágio impulsivo-emocional (0 a 1 ano); Estágio sensorio-motor e projetivo (1 a 3 anos); Estágio do personalismo (3 a 6/7 anos); Estágio categorial (7 a 11 anos); Estágio da adolescência (12 a 18 anos).

O primeiro estágio é denominado de impulsivo emocional, nesta fase o bebê não entende que tem um corpo próprio uma vez que ele mantém vínculos de dependência, com o adulto, e a emoção é o laço que os une. A predominância da

afetividade orienta as primeiras reações do bebê. E o outro age, visando atender às necessidades do bebê, abrindo espaço a comunicação. Há uma intensa comunicação afetiva. O bebê através de suas emoções vai estabelecendo correspondência entre seus atos e os estímulos que o ambiente oferece, exteriorizando seus desejos e suas vontades. A emoção, assim, caracteriza este estágio primário de desenvolvimento, causando impacto no outro e propagando a criança num determinado espaço social.

O segundo estágio é aquele relacionado a sensório-motricidade, ou seja, ao sentir e fazer que permeia, ao longo de cada história pessoal, a conformação do espaço do “eu” corporal. Por meio de experiências com objetos e com seu próprio corpo, a criança passa a diferenciar o que é do mundo externo e o que é do mundo interno, isto é, seu corpo. Neste estágio o desenvolvimento da linguagem, propicia a nomeação das ações realizadas motoramente e o desenvolvimento da cognição desponta de forma espontânea. A criança, segundo Wallon, dá nome às coisas.

A terceira fase é aquela reconhecida por Wallon como estágio do personalismo, no qual predomina o conteúdo emocional. Este terceiro estágio, que muitos estudiosos consideram como um sub-estágio do sensório-motor, é marcado pela tomada de consciência da propriedade do “eu”. A criança até o aparecimento do reconhecimento de si como outra entidade no mundo, chama-se ou nomeia-se em terceira pessoa, isto é, João quer, Nenei vai, etc., etc. A criança, assim, constrói passo a passo seu espaço psíquico e enxerga o adulto, em certos momentos, como uma ameaça quando este “invade” essa progressiva construção psicológica. No entanto, com os conflitos com o outro a criança passa a afirmar e a diferenciar o eu do outro.

Ao final deste estágio, mais dona de si mesma, dos seus gestos, das suas ações, a criança vai voltar seu interesse para a investigação do mundo exterior, o que inaugura uma nova direção no seu processo de desenvolvimento, ao emergir o estágio categorial. (AMARAL In: MAHONEY, 2004, p. 85).

O quarto estágio, descrito por Wallon, é aquele que corresponde a fase do conhecimento formal que gera um salto no desenvolvimento cognitivo, nesse período a criança volta seu interesse ao mundo exterior, há aqui um equilíbrio na função simbólica. A atenção ou disciplina mental se afirma, neste estágio, devido à maturação dos centros nervosos e a inibição do impulso primário que permite a discriminação do certo e errado ou do lento e rápido, antes e depois, etc., que também são manifestadas

mediante atividades posturais e motoras mais precisas e voluntárias. As manifestações da criança tornam-se mais objetivas capacitando a diferenciação entre o eu e o tu, isto é, o outro, que já tinha sido esboçada no estágio precedente fornecendo condições favoráveis ao reconhecimento do espaço sexuado, ou seja, condição de discriminar: “que, como e quem eu sou?”.

O quinto estágio; a adolescência, e uma etapa na qual o próprio sujeito se impõe novas definições no espaço da sua personalidade tentando sua autonomia mediante a exploração dos seus próprios limites. Etapa propicia a copia de modelos determinados socialmente. O sujeito tenta definir sua identidade autônoma, explorando-se e explorando o mundo diante de diversos questionamentos e confrontos consigo mesmo e com os outros. As mudanças corporais, fundamentadas por mudanças hormonais, criam novos e importantes questionamentos de índole afetiva uma vez que , como expressa (SILVA, 2007) o sujeito busca entender sua identidade no escopo de uma identidade social. Eis também, o momento propicio a “ajuda” que os entorpecentes e as drogas, como também o abuso sexual, colocam na mão do adolescente quando este não encontra uma base segura, na família ou na sociedade, para poder resolver os conflitos que esta fase do desenvolvimento coloca em pauta.

De acordo com Ravagni (2007), Wallon não propõe uma rigidez nessas fases, pois entende que as relações sociais, afetivas e emocionais são fatores mediadores para o desenvolvimento da criança. “É a partir das inúmeras interações com outros seres no mundo, humanos ou não, que se estabelecem laços de adaptabilidade em relação à realidade psicomotora do próprio indivíduo ou e em relação às condições sociais, econômicas e culturais nas quais ele está inserido” (RAVAGNI, 2007, p. 34).

### *1.2.3 Contribuições de Jean Piaget*

Jean Piaget (1896-1980), formado em Biologia e Filosofia, dedicou-se à compreensão de como se dá o conhecimento buscando analisar a formação deste na infância. O autor propôs que há uma lógica diferente no pensamento da criança, que posteriormente torna-se lógica adulta, sendo o desenvolvimento, para ele, um processo em que há trocas entre o organismo vivo e o meio ambiente. Segundo Piaget, mesmo com uma formação contínua, o desenvolvimento é caracterizado por estágios nos quais são construídas estruturas cognitivas. São eles: sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal.

O primeiro estágio, sensório-motor, compreende crianças de zero a dois anos de idade, que não possuem ainda um pensamento lógico (partindo da ideia de que os bebês estão focados somente no presente, desligando-se do futuro ou passado), portanto precisam conhecer o mundo a sua volta por meio da experiência motora com os objetos e aplicando-a às demais coisas, formando assim seus conceitos a partir de algo mais prático. A partir de reflexos, como a sucção, a criança vai diferenciando-se dos objetos e pode ocorrer então a diferenciação entre o bebê e sua mãe, e assim é criada nesse momento a noção de tempo, causalidade e espaço. Essa fase é importantíssima, pois a criança passa a ter noção do *eu* dando suporte para os demais estágios.

O estágio pré-operatório é marcado principalmente pela iniciação da fala. Esta fase vai além da representação prática. Agora, essa criança, entre dois e oito anos, poderá formar esquemas simbólicos e lidar com o meio em que está inserida, podendo ter seus desejos, como estar com fome, e pensamentos apoiados em conceitos obtidos nesta fase. O pensamento adquirido pela criança nessa fase é diferente do adulto, sendo centrado nela mesma, o chamado egocêntrico, e ela mostra-se impossibilitada de se colocar no ponto de vista do outro. É nessa fase que a criança atribui sentimentos às coisas e animais, como dizer que a parede é má porque arranhou o dedo nela ou ainda dar a objetos e animais características humanas.

No operatório-concreto o autor propõe que dos sete aos doze anos o pensamento, como o nome diz, torna-se mais concreto e lógico, de modo que a criança consegue distinguir a realidade da fantasia, absorve valores e regras da sociedade e as cumpre; consegue resolver operações, ordenar e classificar a partir de um material de apoio que seja concreto e possa ser observado. Nessa fase a criança passa a deixar o egocentrismo e a pensar mais no outro indivíduo. Na última etapa, operatório-formal, a criança ou adolescente, de treze a dezesseis anos, passa a ter um raciocínio mais abstrato, não precisa recorrer ao real, ela consegue fazer deduções e assim solucionar problemas mais elaborados, sendo nesse momento o começo da formação de sua identidade, e ela também consegue defender seus ideais, o que lhe possibilita estudar ou não determinada disciplina (filosofia ou matemática) e fazer suas próprias escolhas, irritando-se com quem a afrontar.

Piaget postula, ainda, o desenvolvimento da moral, e para ele existem os processos de coação e cooperação. No que diz respeito à coação, esta se trata de uma verdade ou forma de pensar imposta a outro indivíduo sem que sua opinião seja considerada uma tirania. Partindo de seu significado, a coação é, então, considerada por

ele uma contradição para o desenvolvimento moral da criança por reforçar seu egocentrismo, dificultando a relação de reciprocidade. Há apenas uma “heteronomia moral” em que as leis são respeitadas apenas por terem sido impostas. Por serem crianças e não entenderem o mundo à sua volta, elas vivem coagidas pelos pais, que visam a protegê-las, afastando-as do fogo, por exemplo. Esse sofrimento trazido pela obrigação do dever pode ser sim uma forma de desenvolvimento moral, mas deixa marcas em muitos indivíduos na fase adulta. Logo, por ser uma relação de imposição, que força a criança a estar voltada para si mesma e sem diálogo, não é a preferência de Piaget.

#### *1.2.4 Contribuições de Michel Foucault*

Michel Foucault (1926-1984) fez importantes contribuições sobre o estudo da sexualidade humana ao abordar as perspectivas históricas que cercaram a evolução conceitual e as práticas associadas a sexualidade. Foucault aponta, nos seus estudos, a problemática moralista que envolveu e envolve as questões concernentes a sexualidade. Para tanto os fatos históricos que, a partir da visão do cristianismo, marcaram a humanidade e, indubitavelmente os comportamentos unidos a sexualidade. Dessa forma apresenta a visão proibitiva, que o mundo cultuou e onde a sexualidade se manteve resguardada e molda as exigências sócias de cada época u espaço histórico. Assim, e novamente citando Buber, a forma do sujeito subjetivar o Eu está ligada a uma determinada identidade social por meio de regulamentos e normas sociais que pesam em suas experiências.

Foucault apresenta a sexualidade como uma criação para a repressão e contenção da população: aquele que vai contra as postulações certamente receberá um status de anormal. Ainda há a hipocrisia da burguesia vitoriana<sup>1</sup> que guarda a sexualidade em casa resvalada em um puritanismo, que Foucault aponta como algo pautado na interdição, inexistência e mutismo, enquanto que a sexualidade recebe voz em lugares apartados da sociedade, visando o lucro. Em tais locais, o sexo, a sexualidade, “o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto” (FOUCAULT, 2001, p. 10, v.1).

---

**1 Vitoriana** - A Era Vitoriana foi o período no qual a Rainha Vitória reinou sobre a Inglaterra, no século XIX, marcado pelo moralismo, rigidez e proibições.



Dessa forma, Foucault aponta que se o sexo reprimido, logo é proibido e assim falar nele já insere o indivíduo em posição de infrator. E deve-se considerar que é devido a essa influencia vitoriana que ainda alimenta-se a postura de falar em voz baixa quando se tratam questões referentes a sexualidade uma vez que esse assunto é considerado perturbador e fútil. Então, foi assim que onde não existia repressão, aparece com o moralismo victoriano o pudor nos gestos, nas palavras e as crianças passam a ser vistas como entidades sem sexualidade e, portanto sem uma participação direta no assunto. A repressão, assim, atinge a todos e “em torno do sexo, se cala” (FOUCAULT, 2001, p. 9).

Wallon, Piaget e Freud voltam suas teorias ao estudo do desenvolvimento humano e assim contribuem para diversos estudos ainda hoje realizados, suas perspectivas são com foco na análise de períodos que perpassam toda a vida, tendo como ponto inicial aspectos observados ainda na infância. Cada um desses teóricos intenta compreender a forma como se dá o processo a partir de pontos iniciais divergentes, mas que encontram-se à frente em um único ponto: o desenvolvimento. Os recortes de idade são nos mesmos limites e abarcam sentidos semelhantes. Entretanto, enquanto Wallon propõe que esse desenvolvimento se dê por meio do aprendizado com o outro social ligado aos aspectos afetivos, Piaget postula uma compreensão iniciada na genética, em que o desenvolvimento não é um processo linear e pode sofrer saltos durante o processo. Já para Freud os aspectos formadores estão pautados no inconsciente, sendo as representações sexuais o caráter mais concreto para a obtenção do desenvolvimento.

A contribuição de Foucault talvez seja a mais distinta entre eles, pois não é dividida em fases e tampouco tem seu foco no desenvolvimento. O autor traz grande colaboração para o entendimento sobre a visão que se tem sobre a sexualidade e os aspectos e características que a circundam. A importância da junção e proposição dessas teorias volta-se para o fato da busca pelo conhecimento de aspectos fundamentais para o presente trabalho. Wallon, Piaget e Freud postularam a respeito de fases, etapas que buscam o desenvolvimento da criança, de modo que Wallon e Piaget propõem possíveis idades. Para esses autores alguns fatores podem interferir nesse processo de desenvolvimento: para Wallon, a falta de interações; para Piaget, a forma como se dá coerção e cooperação e, para Freud, os aspectos ligados à sexualidade, mesmo durante a infância, que repercutem, por meio do inconsciente, até na fase adulta. Infere-se que aspectos como o abuso sexual podem interferir em um bom/saudável processo de

desenvolvimento, e para compreender as problemáticas em volta dele é imprescindível a abordagem histórica apresentada por Foucault.

A sexualidade, vista pelo ângulo psicanalítico, faz parte da formação integral e histórica da personalidade, do conjunto biopsicossocial da pessoa, e a acompanha ao longo de toda a sua vida. “Não se reduz ao âmbito dos impulsos genitais; a sexualidade não se define pela genitalidade nem muito menos pelo mero ato sexual” (VIDAL, 2002, p. 19-20). Se não pode ser vista de uma forma reducionista, “a sexualidade, portanto, abrange toda a pessoa humana.” (VIDAL, 2002, p. 20). Nessa perspectiva a sexualidade “afeta de cima a baixo a totalidade da pessoa humana.” (VIDAL, 2002, p. 20). Sendo assim, o que vai ao encontro da sexualidade do indivíduo, especialmente da criança, é de suma importância para sua vida. Faz-se necessário compreender quais entraves do processo são prováveis problemáticas, de modo que sejam aspectos possíveis de ferir a sexualidade do sujeito. Nas palavras de Marciano Vidal, esses entraves podem comprometer a totalidade da pessoa.

### **1.1 A sensibilidade do abuso sexual**

A violência ou abuso sexual infantil ou abuso sexual de crianças não é uma prática nova, no entanto devido à expansão dos meios de informação escrita, falada ou por meio da televisão, passou a ser um assunto amplamente difundido e discutido. A forma de abuso infantil varia da exposição indecente dos órgãos genitais a utilização da criança como objeto de uma relação incestuosa. Porém, o eixo ou pivô do abuso sempre é o da intenção de satisfação dos próprios desejos sexuais, do indivíduo que abusa do menor ou como intuito de intimidar ou aliciar a criança.

O problema tem sido apresentado por diversos meios de comunicação social; é dominante nas manchetes e noticiários; tem aparecido até em diferentes séries ou programas de televisão a exemplo de novelas; reportagens especiais; seriados e filmes. Entretanto, apenas recentemente tem sido tratado o problema de forma mais pontual por meio de pesquisas, artigos e investigações. No meio acadêmico se busca entender os fatores que propiciam a violência de uma forma geral, e a violência sexual em particular (BARROS, 2008). A violência sexual é o conceito mais amplo cuja manifestação engloba uma diversidade de ações. O abuso, a agressão e o estupro são manifestações da violência que fazem parte de um conjunto maior de expressões que compõem o mosaico no qual o abuso sexual ocupa um singular espaço.

Na busca pela distinção de cada termo faz-se necessário entender o significado das palavras em sua essência. O dicionário Houaiss da língua portuguesa define violência e agressão, respectivamente como:

Violência - Ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força, constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação.

Agressão - disposição para agredir, disposição para o encadeamento de condutas hostis. Ataque à integridade física ou moral de alguém ou ato de hostilidade e provocação (HOUAISS, 2001).

Assim, podemos confirmar a ideia de que o abuso é ou constitui uma forma de violência (BORGES, 2008). Embora os termos que conceituam ou definem a violência sejam termos distintos, eles se relacionam diretamente com o abuso e as diferenças que possam ser encontradas na literatura dizem apenas respeito às questões e conceitos que cada autor utiliza na discussão do tema. A agressão frequentemente aparece nos textos ligados ao estupro, no qual este é usualmente definido quando há o ato sexual praticado por alguém desconhecido contra a vontade da vítima. (Coons, Cole, Pellow, & Milstein, 1990 *apud* Amazarray; Koller, 1998, p. 7 ). Assim, torna-se necessário entender que a terminologia utilizada para situar o abuso sexual, caso outro termo seja exposto, este sempre há de englobar as questões referentes ao abuso.

Conceituar o abuso sexual, pelo anteriormente exposto, não constitui uma tarefa simples, pois envolve a existência de diversos termos que, de uma ou de outra forma, muitas vezes confundem ou mesmo cria-se um emaranhado mental a cerca do assunto. Quando se pensa em abuso, logo vem ao pensamento termos como agressão, violência sexual e o abuso, propriamente dito. Por tanto, visando atingir a compreensão do problema, o presente trabalho se propõe analisar os conceitos que alguns autores desenvolveram em relação a este tema a exemplo dos realizados por: Jeane Lessinger Borges; Débora Dalbosco Dell'Aglio; Roberta Dias de Barros e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams<sup>1</sup>; Rachel de Faria Brino Barros; Mayte Raya Amazarray e Silvia Helena Koller e Kenneth Watson, que incluem o abuso sexual na categoria de maus-tratos. Borges (2008, p. 372), aponta que o abuso “pode ser definido como uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução”.

Como precedentemente expressamos assuntos relacionados à sexualidade eram considerados tabu ou superficialmente percebidos, antes dos anos 80 do século passado, por força da intensa repressão sexual que caracterizou a sociedade e a cultura em épocas anteriores. Amazarray e Koller postulam que agressões sexuais contra crianças sempre existiram, na maioria das civilizações e sugerem que provavelmente havia constância no que diz respeito à violência sexual, entretanto não eram abundantes as pesquisas sobre o referido assunto. Consta-se assim, que o que tem aumentado é a atenção dedicada atualmente ao problema (Amazarray; Koller, 1998), e a sua divulgação na tentativa de compreender melhor o fenômeno.

De acordo com Watson (1994), desde o ano de 1974 foi aprovada a lei americana de prevenção contra o abuso e negligência infantil, exigindo que o governo volte sua atenção para todos os serviços sociais, que estão a serviço da criança e do adolescente, a fim de aplicar de fato a Lei “*The Child Abuse Prevention and Treatment Act*”. Visando alcançar este objetivo e atender as famílias e as crianças, O Centro Nacional de Negligência e Abuso Infantil (NCCAN - Center on Child Abuse and Neglect), lançou uma série de 21 manuais, com orientações direcionadas aos profissionais que lidam diretamente com as crianças e famílias.

Cada manual é direcionado a um determinado tema que envolve a criança. Kenneth Watson parte da perspectiva de famílias e profissionais que assumem o lugar de cuidadores substitutos, a fim de ajudar a criança negligenciada e abusada, que podem estar em orfanatos e lares adotivos. Os referidos textos tratam de forma pontual sobre; *Substitute Care Providers: Helping Abused and Neglected Children*. A postulação de Watson (1994, p. 1) é de suma importância para este trabalho, pois este insere o profissional da educação, assim como outros, diretamente no auxílio de crianças abusadas. O autor descreve “o papel e responsabilidades na prevenção, identificação e tratamento de maus tratos a criança” (WATSON, 1994, p. 1, tradução nossa), no intuito de poder capacitar base aos profissionais que se ocupam da atenção às crianças.

Frente à concretização de um material tão rico na década de 1970, percebe-se a necessidade de um maior aprofundamento a respeito do tema por parte de alguns profissionais brasileiros. Diante da extensa gama de autores que propõem uma análise sobre o tema, entendemos necessário selecionar, dentre o material bibliográfico encontrado, algumas conceituações pontuais sobre o assunto a fim de buscar soluções possíveis e maneiras eficazes para trabalhar com as crianças que sofreram ou sofrem

abuso, no intuito de poder evitar novas ocorrências e/ou vítimas. Para tanto faz-se necessário a compreensão sobre o que é de fato o abuso sexual e seus desdobramentos.

O abuso sexual como aponta Watson (1994), possui variações no que diz respeito ao senso comum e as próprias leis. O citado autor considera que o abuso sexual representa; “qualquer atividade ou interação na qual a intenção é incitar e/ou controlar a sexualidade da criança.” (WATSON 1994, p.11, tradução nossa). Por esta definição podemos entender situações diversas, que perpassam vários aspectos do indivíduo, da percepção dos órgãos genitais do agressor ao toque propriamente dito. O autor aponta três pontos de distinção de atos abusivos e de atos não abusivos. São eles:

- **Um poder** diferencial, implicando em que uma das partes exerce controle sobre a outra e que a relação não é mutuamente concebida e compreendida;
- **Um saber** diferencial devido à idade cronológica mais avançada do agressor, a um maior avanço desenvolvimental do mesmo ou a uma inteligência superior à da vítima;
- **Uma gratificação** diferencial, reconhecendo que o propósito da relação é a satisfação do agressor e que qualquer prazer por parte da vítima é acidental e de interesse para o prazer de quem abusa. (WATSON 1994, p.11-12, apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998)

Com base nesta proposição pode-se inferir que a identificação do abuso é uma ação complexa, pois como acrescenta Watson (1994, p. 12) a forma mais comum de abuso começa no próprio espaço, familiar ou não, no qual a criança se desenvolve. Ou seja, até constatação do incesto é o abuso familiar sistêmico que coloca a criança no papel de vítima diante de um agressor conhecido, que a faz perceber a situação como parte do sistema familiar, em que há funções que devem ser executadas nesta dinâmica. Dinâmica de muitas famílias nas quais a obediência a padrões e regras torna-se prática cotidiana comum. Dessa forma, Watson (1994) nos seus trabalhos direciona o seu olhar sobre estes fatos que inequivocamente ponderam o abuso dentro de uma gama conceitual mais ampla de maneira a incitar aos profissionais, envolvidos na educação de crianças e adolescentes, e para um olhar mais atento e específico sobre o fenômeno.

Amarraray e koller (1998) fazem uma distinção entre aquilo que reconhecem como abuso sexual e como estupro.

Para ser considerado abuso sexual, os atos devem ser cometidos por uma pessoa responsável pelo cuidado da criança (um parente, uma

babysitter, ou outra pessoa responsável pela criança). Estupro é usualmente definido quando os atos sexuais são cometidos por uma pessoa que não é responsável pelo cuidado da criança (DePanfilis & Salus, 1992 apud Amarraray; koller).

Ainda, Borges e Dell'aglio(2008) especificam que abuso sexual é:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação hetero - ou homossexual, que pode variar desde intercurso sexual com ou sem penetração (vaginal, anal e oral), *voyeurismo*<sup>2</sup>, exibicionismo até exploração sexual, como a prostituição e a pornografia. Há [...] presença de um agressor, que está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou adolescente e utiliza seu poder para obter a gratificação de seus desejos sexuais. [...] entre a criança vítima e o adulto perpetrador observa-se uma relação interpessoal hierárquica de poder assimétrica e a falta de uma relação de reciprocidade. (Borges e Dell'aglio 2008, p. 372, com adaptação).

As autoras chamam a atenção para uma relação hierárquica, de poder e domínio em relação à vítima, reafirmando a posição de impotência por parte da criança abusada. Além disso, vai de encontro às dúvidas que regem o senso comum, fazendo calar uma fala precoce a qual iguala o abuso ao estupro, relação sexual com penetração, deixando passar por muitos profissionais e famílias crianças abusadas, mas que por não caracterizar- se como um ato com conjunção carnal, este passa a ser velado.

Gauderer (1999, p. 52), observa as diversas dimensões que fazem parte da vítima:

O abuso sexual defini-se como a participação de uma criança ou de um adolescente menor em **atividades sexuais** que não é capaz de compreender, são inapropriadas a sua idade e a seu desenvolvimento psicosssexual<sup>3</sup>, ocorrem por sedução ou força e **transgridem os preceitos sociais**. (GAUDERER, 1999, p. 52, grifo nosso).

É por ser impróprio ao desenvolvimento psicosssexual que abuso abrange aspectos gerais do indivíduo que vão de encontro à subjetividade do sujeito, pois esta não se aloca somente no que tange a violência que é visível a olho nu. Koller e Amazarray (1998) opinam que, quando se trata de abuso sexual infantil, existe nesta relação, um adulto em posição de soberania e uma criança que, devido à fase de

---

<sup>2</sup> **Voyeurismo** - 1. Desordem sexual que consiste na observação de uma pessoa no ato de se despir, nua ou realizando atos sexuais. 2. Forma de curiosidade mórbida com relação ao que é privativo, privado ou íntimo. (HOUAISS)

<sup>3</sup> **Psicosssexual** - 1. Relativo a aspectos psíquicos ou emocionais da sexualidade. 2. Que interessa tanto ao campo da psicologia como ao da sexualidade. (HOUAISS)

desenvolvimento em que se encontra, é incapaz de entender a possibilidade de negação a esse contato sexual físico e/ou emocional. Desencadeando de acordo, com Borges e Dell'aglio (2008, p. 373) uma série de fatores emocionais diante daquilo que a criança não consegue entender em sua totalidade.

Segundo Araújo (2006), no abuso infantil geralmente não há o uso da força física. Por isso, não deixa marcas aparentes tornando difícil a constatação dos fatos. “O abuso sexual pode variar de atos que envolvem contato sexual [...] a atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo e o exibicionismo.” (ARAÚJO, 2006, p. 5-6). O ato da revelação do abuso sexual é um processo dolorido para a vítima e sua família, pois envolve questões legais e de proteção a criança que são fundamentais. Araújo (2006) entende que torna-se necessária a punição do agressor e atenção “ à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso” (ARAÚJO, 2006, p. 5-6).

Para tanto, Furniss (1993, *apud* ARAÚJO, 2006) propõe um tripé para uma abordagem interventiva de forma punitiva, protetora e terapêutica, que visa associar essas ações, de forma multidisciplinar, a fim de amenizar os danos causados à criança. O desafio dessa proposição está certamente nas mãos dos profissionais que estão em contato com a criança e/ ou adolescente em situação de abuso. Tornando-se necessário, também compreender que “é difícil também para os profissionais, que muitas vezes não sabem como agir diante do problema.” (Araújo 2006, p. 6). Frente à observação da autora ressalta-se a necessidade de um olhar sensível a estas crianças por parte dos profissionais, onde este seja um instrumento facilitador para o processo que o aluno enfrenta, a fim de que a problemática não seja acentuada e para que o ambiente educativo faça parte do tripé proposto por Furniss.

O abuso sexual deixa a maioria das pessoas desconfortáveis. É perturbante pensar que adultos façam sofrer física e psicologicamente as crianças para satisfazer seus próprios desejos, especialmente quando esses adultos são confiáveis amigos ou membros da família (WATSON, 1994, p. 12, tradução nossa).

Ainda que haja muitos pesquisadores, atualmente, estudando o tema, vale destacar que muitos autores não abordam especificamente as relações desse fenômeno com a educação, apenas postulações gerais aos profissionais, definições e consequências do fato.

## 1.2 Estudos sobre o tema

Neste tópico serão abordados estudos realizados no campo do abuso sexual, em especial, relacionando o fenômeno com a escola. Apresentaremos índices sobre sua ocorrência, bem como as consequências e implicações na vida da criança que passa por situação de abuso e possíveis indicadores de comportamentos/ações que permitam identificá-las. Entretanto, embora diversos artigos e textos acadêmicos façam referência e menção a casos de abuso, o processo de busca pelas fontes primárias citadas nesses estudos é extremamente complexo e árduo, pois o acesso aos trabalhos é muito difícil. Houve extrema dificuldade em encontrar os estudos originais contendo os dados empíricos referenciados. Por exemplo, Furniss apresenta uma excelente pesquisa na área, entretanto são encontrados apenas seus resultados, referenciados por outros autores, a pesquisa do autor possui difícil acesso.

O abuso sexual é uma questão que não escolhe idade, sexo ou classe, o que intensifica a discussão e acaba por ser campo para diversas pesquisas. Há, entretanto muita dificuldade para a realização de estudos, pois, como relata o Fundo das Nações Unidas para a infância –UNICEF, “a violência sexual [...] é uma questão ainda cercada de tabus, medo, omissões e até mesmo indiferença em vários segmentos da sociedade” (UNICEF p. 64). E, apesar da grande dificuldade de pesquisas na área, de acordo com World Health Organization, a última revisão realizada pela OMS em 2004, estimou a prevalência mundial de abuso sexual, cerca de 27% em meninas e 14% em meninos.

Um dado apresentado pelo Ministério da Saúde, em relação a uma investigação realizada em 2011, aponta que o abuso sexual é o segundo maior tipo de violência exercido contra a mulher. A pesquisa realizada abrange 14.625 notificações de diversos tipos de violência contra crianças menores de dez anos. De acordo com a pesquisa, a violência sexual representa 35% dessas notificações. Dados do sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) do Ministério da Saúde aponta que “esse tipo de notificação se tornou obrigatório a todos os estabelecimentos de saúde do Brasil” (MS) no ano de 2011. A pesquisa ainda relata que a segunda posição também é ocupada pela violência sexual quando se trata de crianças entre dez e quatorze anos de idade com 10,55% das notificações. Em adolescentes esse tipo de violência cai para terceiro lugar das notificações, com 5,2%. A pesquisa ainda relata que 64,5% das agressões aconteceram em casa.



De acordo com Deborah Malta, diretora de Análise de Situação em Saúde do Ministério da Saúde, “todos os dias milhares de crianças e adolescentes sofrem algum tipo de abuso [...]. Este assunto deve ser debatido incansavelmente nas escolas, comunidades, família, serviços de saúde, entre outros setores da sociedade. (VIVA, 2011).

**Tabela 1 – Incidência de abuso sexual**

Idade	Porcentagem	Total de registros
1- 9	35%	(+ou-) 10.237
10- 14	10,55%	(+ou-) 3.085
15 – 19	5,2%	(+ou-) 1.521
-	-	14.625

*Fonte: VIVA SINAN/SVS/MS – 2011. Tabela autora.*

Os dados para a pesquisa são levantados mediante coleta por meio da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência, sendo que qualquer caso suspeito ou confirmado deve ser notificado ao profissional da saúde, e estes dados são registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Araújo (2002, p. 6) relata uma pesquisa realizada por Saffioti (1997) no município de São Paulo. Tal pesquisa corrobora com os dados atuais da VIVA, que diz respeito à maior incidência do abuso na própria família. A autora aponta o pai como o maior agressor em caso intrafamiliar, ou seja, dentro do seio da família, sendo 71,5 % pais biológicos e 11,1% padrastos, chegando então a 82,6% do total de abuso de responsabilidade de pais e padrastos (SAFFIOTI, 1997, p.183 *apud* ARAÚJO (2002, p.6). Araújo acrescenta ao trabalho um projeto realizado pelo Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada - CPPA da Universidade Estadual Paulista/Unesp/Assis, este direcionado pelo conselho tutelar, que foca todos os sujeitos da violência, agressor e vítima. O Projeto Violência de Gênero desde o ano 2000 é desenvolvido especialmente em casos de violência intrafamiliar, e confirma o estudo de Saffioti, apresentando, 80% dos agressores como homens adultos entre pais, padrastos ou irmãos, e as vítimas como crianças e adolescentes do sexo feminino. Apenas 3% dos casos eram meninos que sofreram abuso fora do ambiente familiar por outro tipo de agressores.

A realidade do abuso sexual e os números são alarmantes por si só, mas o abuso vai além de atos sexuais. O abuso sexual deixa marcas e consequências que podem não ser visíveis, e fixa marcas que são refletidas mediante manifestação psicológicas e nas ações e no comportamento do sujeito. A criança pode, entre outras

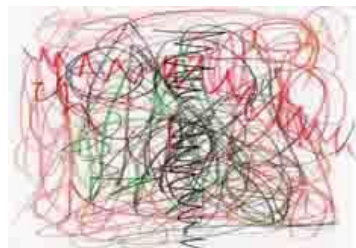
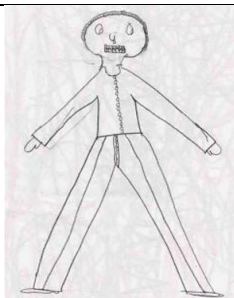
consequências, apresentar comportamentos sexuais impróprios, isolamento, culpa, propensão para desenvolver depressão, traumas e falta de confiança. Não há como negar a força e o impacto causados pelo abuso sobre a vida do indivíduo. A falta de entendimento da situação e o medo fazem da revelação do abuso um ato difícil, e tal revelação pode ser postergada ou mesmo nunca vir a ocorrer. Enquanto impera o silêncio, ainda mais agravantes tornam-se as marcas registradas na criança e adolescente em situação de abuso.

Identificar se a criança ou adolescente está em situação de abuso não é uma tarefa fácil, pois, como já foi dito, geralmente não há sinais de violência ou marcas visíveis; para tanto certas ações e mudanças no comportamento podem apontar para um provável abuso. Além dos números alarmantes, as pesquisas são voltadas, especialmente, ao sujeito que sofre o abuso sexual. Nesse contexto, Clarisse Freitas (2013, p. 15) pontua com base na *World Health Organization* (WHO) que a violência sexual produz fortes impactos psicossociais no indivíduo, causando transtornos psicopatológicos, sociais, comportamentais, acadêmicos, emocionais, cognitivos e outros, que podem persistir ao longo a vida ou mesmo podem ser reduzidos e ou absolvidos. A autora aponta que o abuso sofrido na infância ou adolescência potencializa em 13,1% a possibilidade de surgirem transtornos psicopatológicos na fase adulta.

Um trabalho realizado por Carmen Artero, na Espanha, que visa acolher crianças vítimas de abuso sexual, produziu um documentário chamado “*Los monstruos de mi casa*”, mostrando a luta do trabalho com estas crianças. O trabalho parte de desenhos feitos pelas crianças com o objetivo de ser o meio de aproximar a vivência da criança à ajuda necessária. Desta forma, foi organizada a exposição “*Els monstres de ca meva*”, realizada em Palma – Espanha, em outubro de 2010. A exposição é composta por 18 desenhos feitos por crianças em situação de abuso na faixa etária de cinco a quinze anos de idade. É necessário lembrar que os nomes são fictícios para preservar o anonimato. Seis destes desenhos, que explicitam as consequências do abuso:

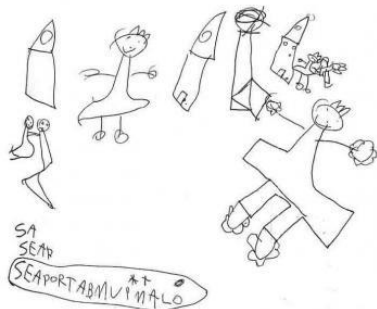
**Tabela 2 – Desenhos**

<p><b>Andreu, 8 anos</b></p>	<p>“Abusado desde los 4 años por su padrastro. Se dibuja a sí mismo con cara de pánico y marcando especialmente los botones de la camisa y la cremallera de los</p>
------------------------------	---



pantalones. Más abajo, en la siguiente imagen, expresa la rabia que siente.”

**Elena, 6 años**



“Sufrió abusos y malos tratos por parte de su padre. Ahora mismo vive en acogida con su abuela. El dibujo representa a su padre, al que dibuja muy pequeño y manteniendo relaciones sexuales con ella. Elena escribe: “se ha portado muy malo”. La figura grande del dibujo, sonriente, representa a la abuela acogedora, con la que se siente protegida.”

**Ester, 9 años**



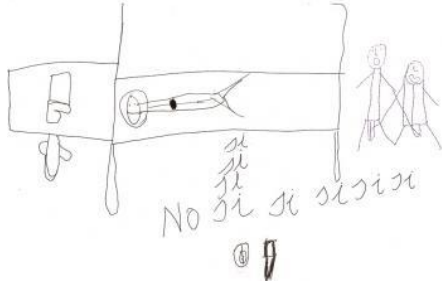
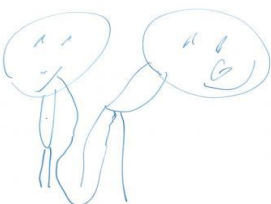
“Ha sufrido abusos sexuales en el ámbito familiar. Ester dibuja cómo se tenía que colocar cuando su agresor abusaba de ella. Cuenta que la ponía encima de él y la penetraba por detrás.”

**Toni, 6 años**



“Ha sufrido abusos sexuales en el ámbito familiar.

Cuando le piden una descripción de su abusador, dice que “es un monstruo”, y cuenta en el dibujo cómo eran sus órganos sexuales y cómo eyaculaba.”

<p style="text-align: center;"><b>Andrea, 10 anos</b></p> 	<p>“Ha sufrido abusos sexuales en el ámbito familiar. Dibuja de manera muy sencilla dónde le tocaba el abusador y cómo le tenía que tocar ella a él. Andrea está avergonzada porque tiene que hablar de lo que le ha pasado. Llega al acuerdo de no hablar, sino escribir sobre el papel “sí” o “no” a las preguntas que le hacen.”</p>
<p style="text-align: center;"><b>Víctor, 7 anos</b></p> 	<p>“Abusado a los 4 años por su padre. Ahora está tutelado. Dibuja en la pizarra lo que su padre le pedía que hiciera, en este caso, una felación. La línea que sale de la boca a la zona genital representa la lengua.”</p>

*Fonte: Monstres de ca meva<sup>4</sup>. Tabela autora.*

Não há como observar os desenhos sem suscitar a possibilidade de vestígios deixados pelo abuso à criança. A criança pode apresentar comportamentos diferenciados que levam à dedução de um possível abuso sexual. De acordo com Elaine Christovam de Azevedo, é comum às vítimas apresentar um conhecimento sexual que não condiz com a sua idade, podendo ainda descrever com clareza um órgão sexual e uma relação sexual. A autora apresenta a reprodução do ato com outros e ainda masturbação exagerada como fortes indícios ao abuso sexual. “É preciso cuidado, porém, para não confundir uma brincadeira sexual infantil com uma violência de fato” (AZEVEDO, 2001). Borges e Dell’aglio (2008) realizaram uma pesquisa com 16 meninas abusadas, entre seis e treze anos de idade, bem como seus cuidadores legais, das quais 37,5% residiam em Porto Alegre e 65,5% em municípios da região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. A pesquisa apontou sobre os sintomas observados:

**Tabela 3 - Sintomas/comportamentos em abuso sexual**

Sintoma	Quantidade
Dificuldade de concentração	11
Medos	09
Choro frequente	09
Pesadelos	07
Comportamento sexualizado	07

4 Disponível em: < [http://www.monstresdecameva.com/pagina.php?Cod\\_fam=6](http://www.monstresdecameva.com/pagina.php?Cod_fam=6)>.

A WHO (p. 7, 20012, tradução nossa) apontou ainda como consequências e sintomas do abuso sexual a depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, dificuldades para dormir, queixas somáticas, comportamento suicida, transtorno do pânico, comportamentos de alto risco (por exemplo, uma relação sexual desprotegida no início da iniciação sexual consensual, múltiplos parceiros, álcool e abuso de drogas), maior risco de perpetrar (para homens) ou de experimentar (para mulheres) violência sexual subsequente.

### **1.3 A escola e o abuso sexual**

#### *1.3.1 Legislação brasileira*

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 (Título VIII, capítulo VII), na redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à dignidade e ao respeito, colocando-os “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, devendo ser prioridade de todos. Também é digno de nota ainda o “§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, CF/88, art. 227). É claramente notável que as crianças não estão desassistidas legalmente, e há uma série de mecanismos legais para fazer valer esse direito, entretanto é preciso entender como as demais leis trabalham, pois nenhuma define exatamente o que é o abuso, embora sejam citadas ações que acarretarão em pena caso seja infringido o direito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em diversos trechos, como os arts. 5º, 240º e 241º, traz a confirmação acerca dos direitos da criança e do adolescente, acrescentando ainda a punição aos autores ou mesmo aos omissos a estes direitos. Os artigos da lei abordam ainda a impossibilidade de “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente” (BRASIL, ECA, 2005, art. 240). Ao longo dos artigos ainda são acrescentados: venda, troca, transmissão, adquirir, armazenar, simular, aliciar, assediar ou constranger, a fim de praticar ato libidinoso, apregoando pena de reclusão ou multa de acordo com cada caso.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que **envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais** (BRASIL, ECA, 2005, art. 241–E, grifo nosso).

A finalidade da lei é assegurar proteção, direitos e qualidade de vida à criança e ao adolescente, incluindo a todos nesse processo. Ainda na mesma lei no art. 18 é proposto como “**dever de todos velar** pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de **qualquer tratamento desumano**, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, ECA, 2005, art.18, p.4, grifo nosso). A aplicação plena dessa lei só pode ocorrer com base em uma postura que agregue toda a dimensão social a fim de prevenir as ações contra o direito à liberdade da criança ou mesmo amenizar um sofrimento já existente. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa emprega ao verbete *velar* o sentido de permanecer de vigia, de sentinela, de guarda; vigiar dispensar cuidados, proteção a; tratar de, interessar-se, dedicar-se, zelar, proteger. Essa única palavra agrega toda a atenção que deve ser destinada, levanta-se a hipótese de não descansar enquanto não for concluído o trabalho.

Expor uma criança à confissão do abuso sexual e a todas as suas consequências certamente é um processo complexo para todos, como bem postula Araújo (2006, p. 6), “a revelação do abuso sexual produz uma crise imediata nas famílias e na rede de profissionais (ARAÚJO, 2006, p. 6)”, de modo que fazer parte desse processo é também dever da escola e dos educadores, já que o próprio art. 18 do ECA aponta como dever de TODOS velar pela dignidade da criança. A instituição educacional deve primar por uma educação de qualidade na qual o aluno supere, por meio da sua participação direta, os obstáculos que possam interferir nesse processo, dentro do qual a informação e a discussão sobre o abuso sexual deve ser apresentado de forma preventiva.

A educação sexual tornou-se obrigatória nas escolas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9.394 de 20/12/96. Desta forma, a orientação sexual, como é reconhecida, faz parte do currículo escolar assim como qualquer outra disciplina. O objetivo dessas diretrizes é instigar o jovem, inserido no ensino médio, a pensar e a se preparar de forma saudável e segura para o exercício da sexualidade. As diretrizes também abordam questões envolvidas com exploração e abuso sexual (BRASIL, DCN, 2013). Ainda visando à abordagem da orientação sexual nas escolas,

os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos ciclos de 1º a 4º ano e 5º a 9º a tratam como tema transversal que deve ser trabalhado nas escolas como parte do currículo escolar. De acordo com os PCN:

[...] as curiosidades das crianças a respeito da sexualidade são questões muito significativas para a subjetividade, na medida em que se relacionam com o conhecimento das origens de cada um e com o desejo de saber. A satisfação dessas curiosidades contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não-satisfação gera ansiedade, tensão e, eventualmente, inibição da capacidade investigativa. A oferta, por parte da escola, de um espaço em que as crianças possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões, contribui para o alívio das ansiedades que muitas vezes interferem no aprendizado dos conteúdos escolares (BRASIL, PCN, orientação sexual 5º a 8º, p. 292).

Os PCN ainda determinam que “cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus alunos — por exemplo, as situações de violência sexual contra crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar” (BRASIL, PCN, orientação sexual 1º a 4º, p. 80). Os PCN trazem como justificativa o surgimento de manifestações da sexualidade na escola, por parte dos alunos, que por vezes preocupam também os pais. O trabalho, sobre a orientação sexual de crianças e adolescentes nas escolas, é então direcionado pelos parâmetros que postulam orientações para o profissional. A inserção do tema na escola visa à prevenção de prováveis problemas, bem como uma melhor qualidade de vida aos educandos, por meio de informação e da discussão de diversos temas que, englobando a sexualidade, possam gerar questionamentos. No entanto, apenas mediante a relação efetiva da equipe pedagógica com o tema, o PCN poderá ser realmente implementado na escola.

#### **1.4 A exposição do abuso sexual na escola**

Nos últimos tempos o abuso sexual tem tido um olhar a mais por parte de diversos profissionais. Acreditamos que este olhar sobre o tema tem como base os movimentos que, tanto em nível social como institucional, defendem os direitos da criança e ampliam a discussão sobre a saúde mental e física desta. (Amazarray; Koller, 1998). Entretanto, ainda há um grande despreparo por parte dos profissionais para perceber, entender ou vislumbrar algum tipo de “sinal” que possa dar indícios de algum tipo de abuso. E, obviamente, muito menos preparados para saber lidar com esta situação, fato este que repercute em pesquisas no campo que se tornam cada vez mais

fragmentadas, complicando mais o auxílio da criança e adolescente em situação de abuso sexual. A Organização Mundial da saúde (OMS) considera o abuso sexual como um dos maiores problemas de saúde pública (MACHADO, p. 2). Por ser uma situação com grande dificuldade de identificação, Rachel F. Brino e Lúcia C. A. Williams (2003, p. 1) propõem a capacitação de profissionais a fim de auxiliar na identificação do problema, de forma mais rápida, de maneira a sensibilizar educadores ou pais diante dos sintomas que possam ser percebidos. Entretanto, “[...] é bastante raro encontrar educadores com capacitação acerca do abuso sexual e esta é claramente uma questão merecedora de estudos” (BRINO; WILLIANS 2003, p. 1).

A partir das diversas leis e posturas políticas, constata-se a importância de a instituição escolar voltar seu olhar à problemática. As proposições visam à prevenção e punição dos atos, entretanto faz-se necessário pensar no que tange à vida da vítima, buscando soluções a fim de facilitar este processo. Watson (1994, p. 19,) afirma que a escola não é apenas um centro de desenvolvimento cognitivo. A escola segundo esse autor, é uma extensão da família, sendo ali o primeiro espaço para explorar o contato com certos valores que, como salientado por Henri Wallon, capacitam a afetividade e criam lações com certos valores que pré-formatam o domínio corporal que pauta uma sexualidade sadia. Watson (1994, p.19) salienta que a criança reflete, em seu desempenho escolar, o impacto de sua história de vida, seja qual for, incluindo o abuso sexual, em seu desempenho escolar. De modo que o abuso sexual pode tornar o “[...] desenvolvimento da criança atrasado em relação à idade. A criança **pode ser** impossibilitada emocionalmente de se comprometer com a aprendizagem [...]” (WATSON, 1994, p. 19, tradução nossa, grifo nosso).

Com base nessas colocações, pode-se perceber a gravidade e complexidade do assunto. A escola e o professor exercem papel fundamental na vida do aluno em situação de abuso, sendo irrevogável a introdução do educador à discussão, tendo em vista a responsabilidade que ele possui diante do espaço sociocultural, em relação direta a formação do educando. As crianças passam no mínimo cinco horas, durante cinco dias da semana, em sala de aula. Portanto, espera-se que o professor construa uma relação de confiança com o aluno, de modo à resignificar a importância da sua participação ativa não percebendo o aluno apenas como objeto de seu trabalho. Cada aluno possui singularidades a ser observadas e respeitadas uma vez que, percebendo e ouvindo o discurso do aluno, o professor pode despistar situações de abuso que, quando não manifestadas de forma direta, passam a formar parte do quadro de manifestações



recalcadas que como explica Freud, aparecem, entre algumas manifestações, por meio de tiques, expressões agressivas ou chistes, como também mediante respostas desconexas com o contexto.

O professor passa mais tempo com os alunos e muitas vezes acaba por ser o primeiro a ouvir o relato do abuso ou a perceber algum tipo de manifestação que poderia ser considerada um recalque. Genylton Odilon Rêgo da Rocha (*et alli.*) confirmam que em 44% dos casos de abuso sexual o professor é o primeiro a saber. Além dessa questão, os professores passam muito tempo com as crianças, em alguns casos até mais que a própria família, sendo assim, se torna primordial o conhecimento do professor sobre algum dos “sinais” que a criança abusada possa apresentar.

Brino e Williams (2003) alertam para a preocupação que há em se definir e punir o abuso, enquanto há um grande despreparo de profissionais para receberem as crianças e adolescentes, bem como lidar com o fenômeno. Frente à problemática, Brino e Williams realizaram uma pesquisa com o intuito de compreender a eficácia de um curso de capacitação de educadores a fim de “aumentar seu repertório de informações sobre abuso sexual infantil, modificando crenças inadequadas sobre o assunto e identificando procedimentos corretos frente a denúncias e encaminhamentos de casos de abuso sexual” (BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 2). A pesquisa, realizada com 20 professoras, apontou o despreparo de educadores, em que 86,6% dos profissionais disseram ter tido contato com o tema do abuso em contexto escolar (escola, sua classe, bairro da escola e outra escola), 26,7% não especificaram o local e 6,6% apontaram a favela. No que diz respeito ao conhecimento e à crença do professor a respeito do abuso, 65% apresentaram concepções impróprias sobre o tema. Entretanto, no que diz respeito a ações frente à situação, 95% das participantes alegaram tomar providências perante o abuso, mas dentre as providências 31,55% são consideradas inadequadas, como chamar os pais para uma conversa e trabalhar com a criança sem que terceiros fossem comunicados, apenas 21% fizeram referência a denúncia (BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 120-124).

A pesquisa mostra o despreparo dos professores e o seu desconhecimento frente ao que dispõe a legislação brasileira, sobre o assunto, isto é, com relação aos direitos da criança. No mesmo trabalho foram apontados alguns itens que, segundo os pesquisadores, limitam a denuncia, por parte de professores ou pais, a exemplo de:

[...] conflitos emocionais e desconforto com a hipótese de abuso sexual; a solicitação de segredo vindo da criança; incerteza de informações que somente serão obtidas após a denúncia; o fato destes não estarem familiarizados com os procedimentos adotados pela polícia; apreensão sobre reações parentais negativas e falta de habilidades quando questionados sobre a denúncia (CUNNINGHAM; SAS, 1995 *apud* BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 2).

O abuso sexual ainda é um assunto delicado que direta ou indiretamente deixa a todos, pais, irmãos, professores e até a própria criança ou adolescente, de maneira desconfortável para lidar com a situação. São diversos os fatores que permeiam o fenômeno e a instituição escolar, ainda, não esta eficientemente preparada para lidar com o abuso. As principais leis que respaldam a criança, na maioria das vezes, não são adequadamente estudadas pelos futuros educadores nem muito menos reconsideradas no âmbito escolar que nunca são revisitados pelas instituições escolares e equipe pedagógica. Fala-se em educação continuada que não é válida para o conhecimento do direito da criança, a qual é o principal foco de estudo de educadores. Ao falar sobre o ECA, uma das professoras entrevistada, na pesquisa anteriormente citada, mencionou que: “Nunca peguei para estudar, nunca precisei, nunca tive problema grave” (BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 125). Isso nos faz pensar que a argumentação da professora indica que, pelo exposto, a maioria das pessoas pensa que só é necessário conhecer ou estudar uma lei, quando ocorre um problema. Porém, cabe-nos questionar: como há de se trabalhar, com crianças e adolescentes, sem conhecer os direitos e deveres que a ela correspondem? A exigência do conhecimento da lei sobre os direitos da criança e do adolescente está ocorrendo nas escolas e na formação inicial e continuada desses profissionais?

Além da dificuldade para identificação do abuso, como aponta Watson, “não é incomum para uma criança abusada [...] ter problemas na escola. As circunstâncias e a energia necessária para lidar com sentimentos de perda, a baixa autoimagem, e o trauma que acarretou à criança, [...] deixam limitada a energia para a aprendizagem” (Watson, 1994, 11 p. tradução nossa, com adaptação). Sendo assim, o professor tem outro desafio que é o de perceber se a falta de interesse na aula está sedimentado no que poderia ser reconhecido como desatenção, ou se o motivo seria o possível abuso.

O papel do educador tentar propiciar um ambiente de aprendizagem no qual a confiança entre educador educando deve ser o pivô da aprendizagem. Dando efetiva atenção para seus alunos, buscando adquirir a confiança de cada um deles,

especialmente da criança que o professor desconfia ter sofrido o abuso sexual, pois esta por não ter sido mantida em segurança pelos adultos nos quais depositava sua confiança tem comprometida sua “capacidade de confiar e formar relacionamentos” (WATSON, 1994, p. 11, tradução nossa). A revelação do abuso, como já foi dito, é um processo difícil, pois a confiança da criança no outro, na maioria das vezes, foi interrompida. O professor é um vínculo essencial na abertura da criança ao mundo e ele poderá perceber as manifestações e reações da criança em relação a brincadeiras ou histórias voltadas à sexualidade.

Behana e Koblinsky (1984) apontam fatores que devem ser trabalhados no que tange ao preparo dos profissionais sobre o abuso sexual a fim de:

garantir modificações nas ações e nos procedimentos utilizados pelos profissionais em relação às denúncias e encaminhamentos de casos de abuso sexual. São estes: apresentar informações básicas sobre abuso sexual, ressaltar a **severidade do problema**, apresentar **estratégias efetivas** de prevenção e apresentar **métodos para detecção e manejo** de casos de abuso sexual (CUNNINGHAM; SAS, 1995 *apud* BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 2, grifo nosso).

Dessa forma, entende-se neste trabalho, que se faz necessário um trabalho voltado à preparação do educador que receberá a criança em situação de abuso, apresentando a gravidade do problema para a sociedade, para sua sala, especialmente para seu aluno. A real compreensão sobre o tema e a continuidade deste trabalho é imprescindível para o bom andamento do caso e atendimento à criança. Sobretudo, o professor precisa entender que é parte fundamental para o trabalho e para a criança, que seu trabalho pode auxiliar na resolução do problema e suas atitudes podem mudar a situação.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Analisar as implicações do abuso/violência sexual no processo educacional de crianças no início da escolarização priorizando os olhares dos educadores sobre o tema.

### **Objetivos Específicos**

- Compreender como os educadores percebem o tema e sua importância.
- Identificar as formas de atuação de educadores junto à educandos em situação de violência sexual.
- Refletir sobre as possibilidades de um trabalho pedagógico que possibilite melhor acompanhamento desses educandos junto à comunidade escolar.

## CAPÍTULO 2

### METODOLOGIA

*“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.*

*Paulo Freire*

A pesquisa, de acordo com Gil (2010), é a sistematização do processo de desenvolvimento do método científico. Entre as várias modalidades disponíveis, escolhemos a abordagem da pesquisa social qualitativa como forma de aprofundar, em campo, as questões motivadoras deste estudo. Entendemos a pesquisa social como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2010, p. 26). Essa realidade social abrange distintos segmentos concernentes ao homem, envolvendo os relacionamentos, bem como as instituições à qual pertence. Sendo assim, esse conceito de pesquisa social perpassa as questões relevantes à pessoa em qualquer que seja a ciência social.

Como forma de expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, está a pesquisa qualitativa, visando à compreensão dos fenômenos por meio dos participantes. A investigação pautada em pesquisa qualitativa possui um caráter mais descritivo, de forma que todo o processo da pesquisa é relevante, não se atendo apenas à enumeração de ocorrências, e empregando uma percepção ampla sobre o fenômeno. A utilização da pesquisa qualitativa neste estudo objetiva investigar como os educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental trabalham os impactos que o abuso sexual gera no processo educacional.

Para compreender esse processo, o trabalho de campo foi realizado com professores de 25, 39, 22, 28, 30, 35 e 37 anos, uma orientadora educacional e uma coordenadora pedagógica em uma escola em que vêm sendo identificados casos de crianças envolvidas em abuso sexual ou com comportamentos sexuais incomuns. Foram aplicados questionários aos participantes, pois é a partir das respostas destes que surgem os dados para a descrição das características para a pesquisa. Algumas das questões eram abertas para a obtenção de respostas de forma mais livre, visando a uma maior compreensão do que pensava o professor sobre o tema, bem como questões

dissertativas, para melhor uniformidade em determinados dados (GIL, 2010). Foi realizado um estudo de caso com uma criança ao longo do maternal e no jardim I mediante observações e análise documental proporcionada pela delegacia de polícia e pela orientadora educacional.

As abordagens metodológicas subsidiaram a análise dos resultados, especialmente os aspectos ligados aos objetivos propostos.

## **2.1 Contexto de pesquisa**

Inicialmente a pesquisa foi proposta em uma escola pública em que estava sendo realizado o estágio obrigatório supervisionado e onde foi possível observar crianças envolvidas em situações de abuso sexual. Entretanto, diante da delicadeza do tema e dos cuidados éticos e morais, a pesquisadora encontrou dificuldades no que tange ao acesso aos casos (suspeitos e confirmados) e no diálogo com os profissionais sobre o assunto. A experiência, entretanto, foi considerada muito válida por desencadear o processo de reflexão sobre possibilidades empíricas do estudo do tema. Formas de observação e registro dessas crianças em situações educativas passaram a ser feitas de forma a tentar chegar a alguma síntese acerca do desenvolvimento psicossocial (afetivo, social, cognitivo e físico) dessas crianças na escola e dos desafios pedagógicos e educacionais para os profissionais que lidavam com essas crianças.

Assim, foi escolhida outra instituição para o trabalho de campo, em que a pesquisadora tinha mais familiaridade e havia mais receptividade para o desenvolvimento do estudo. Na instituição, de natureza privada, apesar de o contexto socioeconômico ser muito diferente da anterior, havia a ocorrência de fenômenos muito semelhantes entre as crianças. A orientadora educacional e os professores abriram espaço para discussão e; assim, a pesquisa tornou-se possível com a permissão de toda a equipe pedagógica da escola. Os devidos procedimentos éticos foram observados.

Trata-se de uma escola privada localizada em região periférica no Distrito Federal. A instituição atende em torno de 500 alunos oriundos de classe média-alta desde a educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental. Possui um bom espaço físico, com dois pavimentos que abrigam os diferentes segmentos, além de dois grandes pátios cobertos, parque e quadra poliesportiva.

Ao longo dos dois anos de inserção na instituição, especialmente em uma turma de Jardim I com crianças entre os quatro e cinco anos, a pesquisadora percebeu

comportamentos sexualizados indiscretos que chamaram a atenção, pois eram tratados de forma irrelevante pelos regentes da turma, mas que cada vez mais tomavam proporções maiores. Observando a instituição como um todo havia, em mais outras duas turmas, crianças em situação de abuso sexual na faixa de dois a nove anos inserida na educação infantil e fundamental. Na turma em que a pesquisadora era fixa, os comportamentos geravam cada dia mais comoção e adeptos entre as crianças, que experimentavam com o outro colega sua sexualidade.

## **2.2 Participantes**

Durante o período da pesquisa, que visava compreender o processo educacional de alunos em situação de violência sexual, foi percebida a necessidade de pesquisar sobre a compreensão que os educadores têm sobre o assunto. Dessa forma, decidimos introduzir os educadores na pesquisa a fim de que eles pudessem entender o processo da relação alunos e educadores.

Inicialmente foram observados os professores que tinham contato com os alunos que haviam passado pela situação de abuso, e com base nesse primeiro contato decidiu-se a inclusão dos demais educadores da instituição. É indispensável que a informação sobre o problema do abuso sexual de crianças possa partir das informações que esses profissionais que recebem diariamente alunos em situações diversas, elaboram em torno ao tema. Qual a opinião que os profissionais educadores têm a respeito da convivência, sua ou de algum outro colega, com um aluno que sofreu ou sofre abuso sexual?

As informações contidas na tabela 4 foram construídas mediante questionário realizado pela pesquisadora cuja primeira parte era destinada à caracterização dos participantes em termos de formação, atuação profissional e dados objetivos como idade e sexo. Dos nove profissionais participantes, sete são professores regentes, uma é orientadora e uma é coordenadora pedagógica, com média de 32,25 anos. Dentre eles, oito são formados em Pedagogia, um em História e um em Letras, de modo que o tempo de atuação, no meio escolar, situa-se entre seis meses a 20 anos, com uma média de 10,62 anos. Quatro destes profissionais possuem especialização, tendo seus cursos concluídos entre os anos de 2004 e 2014. Faixa etária entre 22 e 42 anos (Vide tabela 4).

**Tabela 4 - Participantes da pesquisa**

Participante	Sexo	Idade	Curso	Tempo de atuação	Função	Ano de conclusão	Especialização
P1	M	25	Inglês	6 anos	Professor	2012	Sim
P2	M	39	História	14 anos	Professor	2004	Cultura Africana - Pós
P3	F	22	Pedagogia	2 anos	Professora	2014	Não
P4	F	28	Pedagogia	6 meses	Professora	2014	Não
P5	F	30	Pedagogia	10 anos	Professora	2009	Não
P6	F	35	Pedagogia	15 anos	Professora	2008	Neuropedagogia
P7	F	37	Pedagogia	18 anos	Professora	-	Psicopedagogia
OE	F	42	Pedagogia-O. E	10 anos	Orientadora	2010 (Pós)	Psicopedagogia
Coord.	F	-	Pedagogia/ Letras	+20 anos	Coordenadora pedagógica	-	Não

*Fonte: dados da pesquisa.*

### 2.3 Métodos e procedimentos

Visando a um melhor aprofundamento foi escolhido um caso concreto de abuso, ocorrido com uma criança aluno da escola investigada. A partir de análise documental, conversas informais e observações foi elaborado um estudo de caso. Foi realizada uma análise sistemática das informações relacionando o processo de abuso sexual com conceitos e abordagens estudadas para o referencial teórico. Foi por meio desse exercício que a pesquisadora passou a refletir sobre as possibilidades empíricas e os enfoques possíveis diante dos objetivos propostos.

Foi escolhido o método indutivo, pois como postula Gil “parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se desejam conhecer”, e posteriormente “[...] procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles.” (Gil, 2010, p. 10- 11). Desse modo, a pesquisa empírica foi realizada com o objetivo de traçar um caminho para conceber a realidade do abuso sexual, perpassando aspectos de sexualidade e desenvolvimento, o abuso sexual e suas especificações e o fenômeno no espaço da educação em relação a instituição e ao educador.

A partir dos objetivos, foi elaborado um questionário que, segundo Gil (2010), é uma técnica de investigação, sendo uma série de questões direcionadas às pessoas, normalmente proposto por escrito, a fim de inquirir a respeito de conhecimentos em



geral e observar as “crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, **comportamento presente ou passado** etc.”. (Gil, 2010, p. 121, grifo nosso) a respeito do abuso sexual. Foi composto por 10 questões, das quais seis eram questões abertas, permitindo à pesquisadora a análise sobre o posicionamento desses educadores e suas formas de trabalhar com alunos em situação de abuso; uma questão fechada classificava a importância da realização de um trabalho específico com alunos na escola por meio das opções: muito importante, importante, pouco importante e nada importante, e mais três questões, totalizando dez, que consideravam a importância do trabalho específico sobre o tema, e posteriormente o educador devia posicionar-se abertamente sobre o porquê de sua classificação.

O questionário foi, de fundamental importância uma vez que permitiu observar e analisar o conhecimento que os educadores tem sobre o abuso sexual, mesmo não tendo passado pela experiência de convivência com algum aluno em situação de abuso sexual. Como parte da fundamentação da pesquisa foi realizado um estudo de caso que de acordo com Gil:

[...] vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos tais como: [...] explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexa que não possibilitam a utilização de levantamentos de experimentos (GIL, 2010, p. 58).

Este estudo de caso foi realizado a partir de observação, análise de relatórios da professora que estava em relação direta com a aluna e documentos policiais (boletim de ocorrência) cedidos pelo Serviço de Orientação Educacional. A criança considerada teve seu caso analisado por meio de observação ao longo de dois anos, de modo que foram observados comportamentos da criança em sala de aula, bem como em diferentes contextos dentro da escola.

## CAPÍTULO 3

### RESULTADOS E ANÁLISES

*“A testemunha verdadeira salva vidas”.*

*Provérbios 14:25*

O presente capítulo apresenta os resultados referentes a pesquisa realizada ao longo do estudo, de modo a analisar o impacto da violência/abuso sexual no processo educacional do educando, bem como aspectos relacionados junto à comunidade escolar sobre o assunto. Para tanto foi realizado um estudo de caso de uma aluna da escola, em situação de abuso sexual, que aponta perspectivas relevantes a análise das formas de atuação de educadores frente a alunos em situação de abuso. A observação, coleta de dados e a análise do caso observado foram processadas ao longo de dois anos e também foram requisitados laudos policiais, existentes na delegacia de policia regional, que capacitaram a compreensão do caso observado.

Paralelamente foi aplicado um questionário, como anteriormente explicitamos, no intuito da obtenção de dados que pudessem indicar de que forma os educadores dos anos iniciais trabalham os impactos que a violência sexual gera no processo educacional. Foi elaborado um questionário a fim de compreender como os educadores percebem o abuso sexual, como analisam o impacto do abuso sexual no processo educacional do educando, como atuam junto a educandos em situação de violência sexual e como veem a importância de trabalhar o assunto junto à comunidade escolar. O questionário contava com uma primeira questão de identificação dos profissionais no que tange a sua formação, sexo e idade. Em seguida, por meio de um relato inicial de um mini caso fictício de abuso sexual, os educadores deveriam mostrar seu posicionamento, pensamentos e reflexões a respeito do caso, em especial sobre sua postura frente à situação. Havia questões em formato descritivo e fechado. O formato fechado buscava indicadores a respeito da importância de tomar conhecimento sobre um aluno em situação de abuso e da importância de se trabalhar o tema na instituição escolar. Para discutir da melhor forma os objetivos específicos, os seguintes resultados

buscam combiná-los junto às análises dos instrumentos utilizados, sendo primeiramente o estudo de caso e em sequência a discussão sobre o questionário.

### 3.1 O caso Helena

A observação do presente caso se deu em uma instituição escolar privada, em uma região periférica, de classe média, no Distrito Federal – Brasília. A pesquisadora estava inserida na escola, como estagiária e, diante de algumas manifestações de Helena (nome fictício), aluna do maternal de dois anos de idade, na época da observação, filha de pais separados, decidiu instrumentalizar a observação no intuito de poder compreender as condutas que Helena apresentava. A criança, como falamos, é filha de casal separado, sua guarda é responsabilidade da mãe, residente em uma região periférica de classe média, do Distrito Federal, e o pai tem o direito de permanecer com a criança aos finais de semana em sua moradia, localizada em região considerada nobre do Distrito Federal.

O primeiro contato da pesquisadora com Helena foi operacionalizado em maio de 2012. A aluna acabara de ingressar na instituição, ingressando na escola no mês de fevereiro. A função da pesquisadora era de assistente da professora, sendo que uma das funções era observar, com outras auxiliares, três turmas durante o recreio, e uma das turmas era a de Helena. Nesse período, acompanhava de perto cada um dos alunos, era um momento de descontração e total liberdade para eles, que corriam pelo parque, escalavam os brinquedos, criavam diversas brincadeiras e adoravam brincar em uma casinha de concreto disposta no centro do parque. Foi nesse contexto de brincadeira e na sala de que foi instrumentalizada a observação da aluna.

No momento do recreio, quando a pesquisadora compartilhava o espaço com as crianças, Helena recusava qualquer tipo de brincadeira com outras crianças ou com os brinquedos do *playground*. Durante todo o recreio, cerca de 20 minutos diários, Helena apenas chorava segurando a perna da pesquisadora, mas não aceitava o colo. Os dias foram passando e a situação sempre se repetia e a pesquisadora foi sendo tomada pela curiosidade acerca do comportamento da criança, pois já havia tentado diversas formas de chamar a atenção da criança. A equipe da escola também levou diversos brinquedos ao parque, criou brincadeiras, usou música, foram promovidos momentos para a proximidade de outras crianças, entretanto nada parecia fazer sentido ou chamar a atenção de Helena. Ainda no parque, em certos momentos a aluna sentava encostada na

parede, ou embaixo de algum brinquedo, e assim ficava até o fim do recreio. Em duas ocasiões a criança chorava muito e gritava “Jacaé, tia, Jacaé!”.

Sem entender a situação, mas preocupada e sem saber como agir a respeito, a pesquisadora foi ao Serviço de Orientação Escolar (SOE) descobrir o que fazer. A orientadora escolar informou que Helena tivera seu primeiro momento em ambiente escolar aos dois anos, no ano de 2012, frequentando uma turma de maternal da mesma instituição. De acordo com o SOE e com os relatórios da professora, cedidos meses depois, Helena havia passado pelo processo de adaptação de maneira tranquila, mostrando-se calma.

De acordo com relatórios da professora Helena estava dentro de um processo normal de desenvolvimento, de acordo as diferentes etapas que neste trabalho focalizamos, descritas por Henry Wallon e Sigmund Freud. A criança tinha começado a desenvolver a linguagem estabelecendo relações com o mundo tocando, palpando, escutando, imitando e apresentando alto nível de interesse pelas rimas e histórias, segundo informações da professora. Como postula Wallon, é nesta fase, entre um e três anos, que a criança passa a se diferenciar-se do outro, salientando sua individualidade que, reforçada pela linguagem, permite a separação do Eu e do Tu, como explicitado anteriormente neste trabalho. Para Freud, a fase em que Helena se encontrava, entre o segundo e terceiro anos de idade, estaria relacionada com o desenvolvimento do controle dos esfíncteres e, assim o ânus captaria todo o interesse da criança uma vez que brindando prazer rebaixa o nível de ansiedade ou de impulsividade características desta idade.

E, como na escola anteriormente citada, quando uma auxiliar de sala de aula não comparecia a instituição, a direção da escola reposicionava a pesquisadora no papel de auxiliar de sala de aula favorecendo a observação de Helena, em sala de aula. Assim pode ser observado que quando a professora realizava alguma atividade: pintura, desenho, brincadeira de roda com os alunos, Helena permanecia, em algum canto da sala, isolando-se da turma, na maioria das vezes atrás da porta. A professora tinha uma sala com 18 alunos e não demonstrava atitudes que buscassem a atenção de Helena, ela simplesmente passava toda a aula isolada sem que isto motivasse uma intervenção mais pontual por parte da professora. Quando questionada sobre a atitude de Helena, a professora apenas relatava que o seu comportamento era assim todos os dias. Entretanto, esta postura de Helena em sala de aula não seguia a relatada pelo SOE e pela antiga professora. Assim, a pesquisadora, orientada pela necessidade de compreensão dos

fatos observados continuou a busca no intuito de poder entender o que de fato estava ocorrendo com Helena.

A pesquisadora, tendo acesso a documentação sobre a aluna e também a observação realizada pela professora se deparou com um comentário realizado pela professora de Helena que apontava que ao final do mês de fevereiro de 2012, a aluna passara a demonstrar, em alguns momentos, condutas de distanciamento e de desinteresse pelas atividades propostas pela professora. Distraía-se e desviava sua atenção com facilidade, necessitando de incentivos diários para realizar as atividades. Helena costumava, em alguns momentos em sala de aula, relatar fantasias em que dizia estar vendo fantasmas e bichos. Momentos em que chorava muito e procurava esconder-se embaixo das mesas ou atrás da porta. Assim, desde o mês de fevereiro de 2012, Helena passou, a recusar a sua participação das atividades em grupo tanto em sala de aula bem como das atividades ou brincadeiras com os demais colegas, escondendo-se atrás da porta. Quando no parque, procurava por brinquedos que proporcionavam a brincadeira mais isolada, ficando até mesmo, em certos momentos, sem brincar, próximo às auxiliares. Ao longo do ano a aluna não se aproximou das outras crianças, mantendo-se geralmente distante.

A pesquisadora, no entanto, continuou a buscar formas de aproximação com a criança, já que a mudança no comportamento da aluna era evidente e até então, não havia nada que explicasse o fato, existindo a necessidade de analisar o que podia ter suscitado a mudança no comportamento da criança. Em uma das substituições da auxiliar da sala de aula, no início do mês de junho, ao conversar com a professora sobre Helena, a pesquisadora foi informada que a aluna havia sido abusada sexualmente pelo pai. A notícia foi um choque, para a pesquisadora que saindo da sala foi mais uma vez junto ao SOE para questionar sobre a veracidade da informação que foi confirmada. Como a pesquisadora sempre demonstrou um grande interesse pela orientação educacional, foi cedida à pesquisadora, pelo SOE, uma documentação da delegacia de polícia da região, com os dados sobre a denúncia do estupro.

Como já relatado no início do caso, os pais eram separados e a guarda de Helena era responsabilidade da mãe, mas era concedida judicialmente ao pai a permanência com a criança nos fins de semana. No final de semana do dia 19 de fevereiro de 2012 o pai ficou o dia inteiro com a filha. Quando Helena voltou desse período na casa do pai, a mãe observou que a filha apresentava vermelhidão na vagina e uma marca nas nádegas, e procurou a delegacia de polícia regional para um boletim de

ocorrência. A partir da realização do boletim de ocorrência policial, foi solicitado ao IML (Instituto Médico Legal) exames de atentado ao pudor (feminino), conjunção carnal e ato libidinoso. Na ocorrência policial consta o relato da mãe de Helena que transcrevemos literalmente:

- \_ MÃE: Filha, quem mexeu neste lugar?
- \_ FILHA: Foi o jacaré?
- \_ MÃE: Quem levou Helena no jacaré?
- \_ FILHA: Foi papai, lá longe.
- \_ MÃE: Onde?
- \_ FILHA: No mato.
- \_ MÃE: O jacaré mexeu aqui? (apontando para a vagina da filha).
- \_ FILHA: Sim, mexeu.
- \_ MÃE: Machucou a Helena?
- \_ FILHA: Machucou.

Após o diálogo a filha abraçou a mãe e pediu diversas vezes à mãe que não deixasse “o jacaré comer a perereca da Helena”. A mãe perguntou à filha se era por isso que ela não gostaria de ir à casa do papai, obtendo sim como resposta imediata. A mãe da criança declarava, ao oficial na delegacia, que fazia algum tempo que sua filha não queria ir com o pai, se recusando a entrar em seu carro, aceitando apenas os avós paternos, voltando sempre irritada quando saía com o pai. Relato confirmado pela avó paterna. Com base em todo o relato anterior, foi decidida a suspensão da visita ao pai, pelo juizado que anteriormente permitiu a visita, tendo como embasamento para a suspensão da visita, o direito constitucional, pautado no artigo 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, CF 1998, art. 227).

Ao passo que havia a questão judicial, Helena ainda demonstrava indiferença aos processos vivenciados em ambiente escolar: atividades, brincadeiras e socialização ao longo de todo o ano, como citado anteriormente. No ano seguinte, a aluna, entre três e quatro anos, foi inserida em uma turma de jardim I. Como forma de sondagem, a nova professora observou e relatou que a aluna reconhecia seu nome e estava no processo de aquisição da escrita, relatava as histórias ouvidas (reconto), bem como os fatos de seu

cotidiano, reconhecia e localizava com precisão as partes do corpo, apresentando cuidados de higiene. Participava das brincadeiras com todos os colegas, entretanto não demonstrava interesse pelas atividades propostas pela professora.

Nesse mesmo ano de 2013, fui alocada para a sala ao lado e tive oportunidade de interagir mais com a Helena e construiu uma relação de confiança. Sempre que a via procurava fazer algo que pudesse lhe interessar e ficava próxima a ela para que Helena se aproximasse, realizava brincadeiras com os alunos e a convidava sempre, elogiava suas roupas, cabelos, sapatos, materiais escolares. Mostrava total interesse em tudo o que ela fazia e assim aos poucos ela se aproximava. Em sala de aula, de acordo com a professora, a criança parecia desligar-se da realidade, envolvendo-se apenas em seus pensamentos, não realizava as atividades, aparentando desânimo, apresentava ainda muitos comportamentos de isolamento em sala, nas brincadeiras e no parque. A sua professora conhecia desde o primeiro momento a realidade da aluna e sempre demonstrava paciência em conquistar sua confiança, propondo diversas atividades para sua aproximação. Em determinados momentos, Helena escapava da sala para passear pela escola ou me visitar na sala ao lado, procurando sempre mostrar algum adereço novo ou realizar diversas questões. Ao passo que a nova professora conquistava sua confiança, ela deixava de ir à sala ao lado, até o dia que não voltou mais.

A aluna trazia como consequências visíveis em seu comportamento o isolamento e a falta de relacionamento com o outro. Tais implicações já haviam sido observadas por pesquisadores como Watson (1994) e Brino e Williams (2003), em que crianças em situação de abuso sexual apresentavam o mesmo comportamento. Freud aponta a importância das questões surgidas ainda na infância na vida do indivíduo adulto. Segundo Freud, situações de abuso, como aquela em que Helena se encontrava, se não resolvidas, certamente geram questionamentos e posicionamentos na fase adulta, regendo a constituição de sua personalidade.

Segundo a teoria de Wallon, ao passo que Helena cresce biologicamente, esta se desenvolve emocionalmente, afetivamente e socialmente. Entretanto, para que esse desenvolvimento aconteça é preciso o contato com o outro ser social. No caso de Helena, ao isolar-se no contexto social “escola”, a criança exclui-se do processo relacional em que são adquiridos os papéis exercidos na escola. Suas atitudes são explícitas no que tange à não realização das atividades propostas por seu próprio isolamento. Corroborando para a análise dessa fase da aluna, Piaget concebe o processo de conhecimento da criança a partir do conhecimento do mundo à sua volta por meio de

suas experiências. Logo, os conceitos da criança vão sendo formados por meio de suas vivências práticas. Se Helena recusa-se a participar das experiências com o grupo ao qual pertence, como ela poderá adquirir os conceitos necessários para o convívio em sociedade?

Esse questionamento leva a um ponto importantíssimo para a visão do abuso sexual em sala de aula: o professor. A primeira professora desconhecia a situação em que Helena estava inserida, dessa forma não gerou uma reflexão sobre os comportamentos da aluna e pareceu não ter interesse em buscar outras formas que garantissem a inclusão da criança nesse universo escolar. Mesmo quando houve o conhecimento do abuso sexual por parte da professora, pareceu ainda não haver a sensibilidade e o conhecimento necessários para o desenvolvimento do trabalho junto à aluna. Talvez houvesse o estranhamento ao assunto, como postula Foucault (2006), pelo caráter histórico de repressão que há em volta de tudo o que remete a sexualidade.

O despreparo do profissional da educação frente ao abuso sexual já foi observado em pesquisas realizadas por Brino e Williams (2003), e esse despreparo tende a acentuar a problemática em sala de aula. Em contrapartida, a professora que começou no ano seguinte com a aluna conhecia sua situação e história desde o início. Ela pareceu entender que Helena precisaria estabelecer laços de confiança para se envolver com os demais aspectos relacionados à escola: os alunos, professores, funcionários, entre outros. A segunda educadora, por outro lado, também demonstrou não conhecer todos os elementos de um caso de abuso sexual, mas se mostrou sensível ao processo de desenvolvimento escolar da criança como um todo e se propôs a resolver um aspecto importante: o lado afetivo. Por meio dessa atitude conseguiu envolver Helena em todo o processo que faz parte da escola.

Freud aponta que a educação sexual deve partir das experiências do aluno, de modo que o professor deve analisar a sua infância para lidar com as questões de seus alunos. Refletindo sobre a postulação de Freud, se a primeira professora tivesse tomado consciência do caso e estivesse preparada para lidar com o assunto, possivelmente teriam sido evitados momentos de desconforto e insegurança no processo educacional de Helena. Se formos ainda mais longe, o que seria do processo educacional e de aprendizagem de Helena se não tivesse tido o olhar sensível da segunda educadora?



### 3.2 Questionários

O questionário foi elaborado com a finalidade de obter, por parte dos educadores participantes na pesquisa, suas visões a respeito do abuso sexual, bem como sua postura diante do que é o abuso, o que fariam se tivessem um aluno nessa situação e o que acham relevante conhecer sobre o assunto para sua prática pedagógica. Com o intuito de melhor compreender o conhecimento e os pensamentos dos professores sobre o abuso sexual o questionário foi formado por dez questões. As questões, como já explicitado no capítulo de metodologia, foram elaboradas a partir dos objetivos propostos e da literatura estudada. Em cada questão, foram elaboradas categorias analíticas para interpretação e compreensão dos resultados. Como as respostas eram dissertativas, elas foram agrupadas segundo o tipo de enfoque ou posicionamento dos participantes.

É necessário ressaltar que os educadores convidados a participar da pesquisa tinham a liberdade de se recusar a continuar na pesquisa, como orienta um dos princípios éticos firmados pelo termo de consentimento livre e esclarecido. Assim, cinco participantes se recusaram fazer parte da pesquisa considerando a dificuldade que sentiam perante o tema.

#### 3.2.1 *O professor frente ao abuso*

A primeira questão dissertativa cita inicialmente um caso fictício de abuso sexual, no qual o educador deve colocar-se no lugar do professor da criança abusada. Sendo assim, a pergunta foi em relação ao que fariam caso essa criança estivesse em sua turma. As respostas foram categorizadas em quatro grandes grupos de acordo com a frequência em que surgiam por parte dos profissionais: I- Relação professor-criança na sala de aula, II- Orientação da escola e família, III- Encaminhamento a um especialista, IV - Interação com outras crianças. As respostas apontam para as possíveis atitudes que seriam tomadas, sendo frequente na maioria das respostas o que tange à relação professor-aluno, sendo expresso por um maior olhar para a criança. Em sequência os professores indicaram a procura por outros, o que inclui a escola e os especialistas. Apenas dois professores relataram uma atuação relacionada à interação de outras crianças.

**Tabela 5 - O que faria se a criança em situação de abuso estivesse em sua turma?**

<b>Participantes</b>	<b>I - Relação professor-criança na sala de aula</b>	<b>II - Orientação da escola/família</b>	<b>III- Encaminhamento especialista</b>	<b>IV - Interações com outras crianças</b>
<b>P1</b>	Atividades que gostem na aula			
<b>P2</b>		Discussão direção SOE	Conselho Tutelar (DCA)	
<b>P3</b>	Cuidado e atenção na aula		Encaminhar para psicólogo	Socialização na turma
<b>P4</b>	Trabalho psicológico e afetivo (trauma)	Trabalho com família		Atividades grupais
<b>P5</b>		Orientação da coordenadora para trabalho (soluções) junto à família		
<b>P6</b>	Conversa professor - criança: relação de confiança	Encaminhamento direção		
<b>P7</b>	Relação de confiança professor - criança e segurança.			
<b>OE</b>		Encaminhamento SOE	Psicólogo	
<b>Coord.</b>	Relação de confiança professor - criança			

*Fonte: dados da pesquisa.*

Os participantes da pesquisa apontaram em suas respostas pontos importantes para a atitude com crianças em situação de abuso: a procura pelo fortalecimento da relação professor-aluno, a promoção de interações com outras crianças, o encaminhamento a especialistas e a busca por orientação na família e na escola. Todos esses aspectos são relevantes para a criança em situação de abuso, entretanto é necessário que haja um olhar maior para o que pode gerar algum desconforto para a criança.

Brino e Williams (2003) sinalizam para o despreparo desses profissionais frente a uma situação de abuso sexual, sendo consequência desse despreparo ações inadequadas por parte dos educadores, assim como assinala a tabela 5. A legislação orienta os educadores a procurar o Conselho Tutelar em primeiro lugar, entretanto apenas um dos participantes apontou que realizaria essa ação. O participante cinco buscaria uma solução junto à família. Tanto o encaminhamento ao Conselho Tutelar

quanto o trabalho com a família são evidenciados nas pesquisas de Brino e Williams (2003).

Porém, é necessário que haja cautela no que se refere ao trabalho junto à família, pois pode tornar-se uma situação de risco para a criança. De acordo com a pesquisa realizada por Saffioti (1997), 82,6% do total de abusos observados é cometido por pais e padrastos. O equívoco de procurar somente a família sem articulação com o Conselho Tutelar e demais especialistas, pelo desconhecimento e despreparo dos educadores, pode colocar a criança em risco e pode também acentuar o problema. Antes da tomada de qualquer decisão, há que se pensar, prioritariamente, na criança e nas consequências que podem ser geradas em função de um encaminhamento equivocado. Arelado a esse pensamento voltado para a criança, faz-se necessário um olhar frente à formação do profissional da educação, provendo conhecimento e reflexão capazes de subsidiar suas ações nessa situação.

### 3.2.2 *A dinâmica da turma*

Na segunda questão, os educadores deveriam apontar quais seriam as consequências de ter um caso de abuso na dinâmica da turma. Foi possível observar certa confusão na resposta, incluindo até o caso de um participante que não respondeu. Embora alguns tivessem dito que não haveria consequências, complementaram enumerando aspectos da consequência individual, a qual deve ser tratada e exige uma postura do professor com relação somente à criança. A palavra consequência na questão pode não ter sido produtiva, pois os participantes demonstraram não entendê-la como previsto. O foco da questão era trazer aspectos que mudariam de alguma forma, mesmo minimamente, a dinâmica da aula na turma. Alguns dos participantes sinalizaram o que fariam frente à situação não respondendo à questão propriamente dita.

De acordo com as respostas foram elaboradas categorias que melhor as enquadrassem. Dessa forma foram indicadas pelos participantes consequências que têm para eles foco pedagógico, foco nas interações e alguns aspectos ligados às crenças e valores dos participantes. Dessa forma, o P3 apresentou como consequência a possibilidade de generalizar o caso, gerando assim julgamentos de novos casos. A preocupação do participante teve foco em uma crença sobre possíveis comentários que gerariam questionamentos, provavelmente pela família, crendo assim ser a maior consequência para sua turma.

**Tabela 6 - Consequência de um caso de abuso sexual na dinâmica da sala**

<b>Participantes</b>	<b>Foco pedagógico</b>	<b>Foco nas interações</b>	<b>Senso comum - Crenças e valores subjacentes</b>	<b>Não indicam relação da socialização com desenvolvimento</b>
<b>P1</b>	Mudança do foco das atividades e conteúdos	Disponibilidade para interações da criança		
<b>P2</b>	Proposta pedagógica diferenciada para criança			
<b>P3</b>			Generalizar para outras crianças (possibilidade de gerar julgamentos preconceituosos)	
<b>P4</b>				
<b>P5</b>			Evitar assunto como afeto e sexualidade para não gerar desconforto na vítima	
<b>P6</b>		Trabalho coletivo sobre o assunto	Preservar a criança	
<b>P7</b>	Atenção maior para criança			Não tem consequência
<b>OE</b>	Trabalho diferenciado e assistido			Não tem consequência
<b>Coord.</b>	Professor lida com situação			Não tem consequência

*Fonte: dados da pesquisa.*

Quando questionados sobre a consequência do abuso sexual na dinâmica em sala de aula, foi demonstrado pelos participantes um desconhecimento sobre o andamento de uma proposta pedagógica em sala de aula, visto que não foi bem compreendido o que seria a dinâmica da aula. De acordo com Watson (1994), a criança em situação de abuso pode se apresentar impossibilitada emocionalmente para o comprometimento com o processo de aprendizagem. Como então, uma criança que se mostra desinteressada pelos estudos, ou mesmo que apresenta outros sinais, pode não mudar a forma como o educador ministra sua aula ou mesmo se relaciona com essa criança?

Realizando um recorte nas falas incluídas na Tabela 6, parece haver, por parte dos participantes, uma compreensão de um impacto na proposta pedagógica junto ao aluno em situação de abuso. Mas boa parte desse trabalho diferenciado foi assinalada

por participantes que disseram não haver consequência para a dinâmica da aula. A que se deve essa contradição? Brino e Williams (2003) abordam em sua pesquisa o despreparo dos educadores para lidar com a situação do abuso em sala de aula, o que certamente provoca o pensamento equívoco de que não há reflexos do abuso na sala de aula. A questão acerca da dinâmica da turma pode estar dando visibilidade às concepções de ensino e aprendizagem dos participantes no sentido de não considerar a complexidade dos processos escolares para além da tarefa individual de aquisição de conteúdos. Mais uma vez, é necessário o enfoque no aluno e nas suas especificidades sem perder de vista a função social da aprendizagem.

### 3.2.3 A aprendizagem da criança que vivencia ou vivenciou abuso

O quadro a seguir faz alusão às opiniões dos participantes acerca do seguinte questionamento: de que forma o abuso ou a violência sexual interfere na aprendizagem escolar da vítima? Ao longo da questão os professores enumeraram, em sua maioria, sinais que a criança abusada pode apresentar que são relacionados à aprendizagem, que vão desde dificuldades de aprendizagem, como desestímulo e falta de atenção e concentração, até os indicadores psicoafetivos (como chamamos após a observação das respostas).

**Tabela 7 - Formas de interferência do abuso sexual na aprendizagem escolar da vítima**

<b>Participantes</b>	<b>Relação com aprendizagem</b>	<b>Indicadores psicoafetivos</b>	<b>Sociabilidade</b>
<b>P1</b>	Desvia a atenção da aprendizagem	Comportamentos de isolamento ou saliência	
<b>P2</b>		Isolamento, forte apatia e desesperança.	
<b>P3</b>	Dificuldades de aprendizagem	Cognitivo, psicológico e ações; emoções fragilizadas.	Dificuldade nas relações sociais
<b>P4</b>	Fechada para o aprendizado	Isolamento	Não permite aproximação do outro
<b>P5</b>		Desenvolvimento afetivo, cognitivo; relação com o grupo e isolamento	Não se aproxima das pessoas
<b>P6</b>	Dificuldade de concentração e participação, isolamento e dificuldade de confiança.		

<b>P7</b>	Atrapalhada no aprendizado, não se concentra para absorver o conteúdo	Emocionalmente abalada	
<b>OE</b>	Desestimulada para o estudo	Grande interferência emocional; bloqueios; surtos nervosos; autoestima baixa; intolerância e agressividade;	
<b>Coord.</b>		Baixa autoestima; isolamento e agressividade	

*Fonte: dados da pesquisa.*

As relações feitas pelos educadores foram interessantíssimas, pois muitos relacionam comportamentos e sinais apresentados por crianças em situação de abuso atrelados à aprendizagem. Para esses participantes tais comportamentos e consequências interferem no processo de aprendizagem do aluno. A *World Health Organization* (WHO) pontua que crianças abusadas sexualmente podem sofrer impactos variados em sua individualidade, e um deles é no aspecto comportamental. Sendo assim, sinais como o isolamento, baixa tolerância, choro excessivo sem motivo aparente, baixa autoestima e dificuldades de relacionamento podem provocar um desestímulo à aprendizagem. De alguma forma, a questão evidencia que os profissionais são capazes de realizar uma leitura do comportamento do aluno com certa sensibilidade aos possíveis indicadores de que há questões interferindo na aprendizagem.

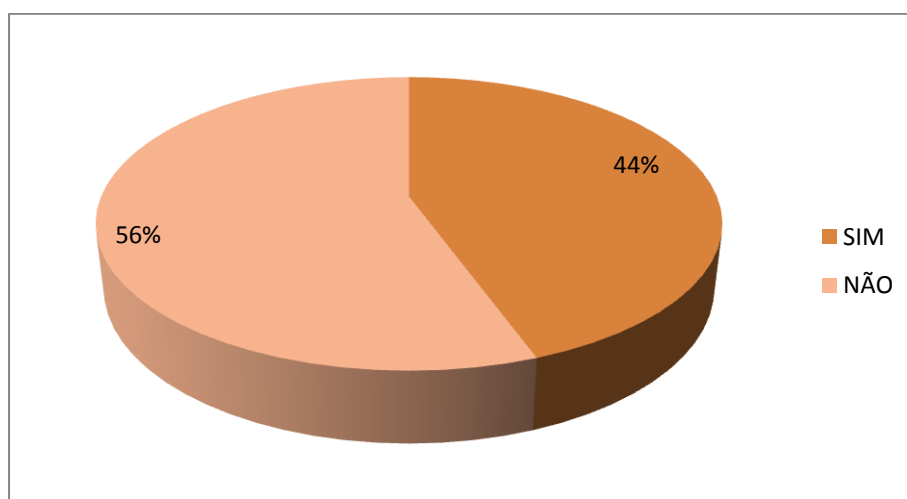
Watson (1994) afirma que, para a criança abusada, ter problemas na escola não é algo incomum, visto que ela dirige suas energias para lidar com os sentimentos e os traumas que a circundam, tornando secundário o interesse e a dedicação para com a aprendizagem. Vê-se que o abuso sexual pode interferir na vida escolar da criança, sendo necessária uma reflexão maior em relação aos resultados das tabelas 6 e 7. Se o abuso pode suscitar problemas no processo de aprendizagem é preciso considerar uma melhor formação dos educadores n essas questões a fim de melhor identificar os casos e atender as possíveis dificuldades de seus educandos durante esse processo.

#### 3.2.4 *Frequência de casos em sala de aula*

A quarta pergunta do questionário buscou a incidência de casos entre os professores por meio da pergunta: você já teve algum caso de aluno que foi abusado sexualmente ou desconfiou de algum aluno em situação de abuso ou violência sexual?

Caso a resposta fosse afirmativa, o profissional deveria descrever o caso. Essa questão buscava uma representação de casos a que os profissionais tinham acesso. Dos nove profissionais participantes 44% alegaram ter tido, em algum momento, casos de alunos abusados e 55% disseram não ter tido. Mesmo em um pequeno grupo, em que apenas quatro apresentaram casos, foram relatados sete casos de alunos que estão ou estiveram em situação de abuso. Dos casos citados, os participantes deveriam apresentar uma breve descrição do caso. As descrições apresentam aspectos importantes à pesquisa, apresentando aspectos de comportamentos e atos ligados ao abuso, bem como os autores, sendo em um dos casos o pai e em outro um vizinho próximo à criança. Outro participante revela quatro casos atuais em sua sala que ele define como precariamente assistidos.

**Gráfico 1 - Declaração de casos**



*Fonte: autora*

**Tabela 8- Casos ou desconfianças de abuso sexual em sala**

Participante	Quantidade	Sexo	Período	Descrição
P2	4	Meninas	Atualmente	Revela que são precariamente assistidas
P3	1	Menino	Antes	Descreve comportamentos
P5	1	Menina	Atualmente	Caso em julgamento - mãe acusa pai
O.E	1	?	?	Criança molestada pelo vizinho

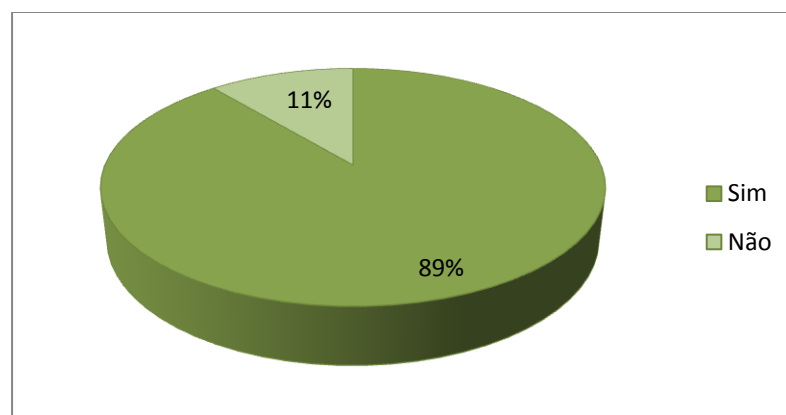
*Fonte: dados da pesquisa.*

### 3.2.5 Importância do caso

Pensando nos prováveis casos, o profissional foi questionado: você acha importante, para a sua prática de sala de aula, saber se há um aluno em situação de abuso ou violência sexual? Por quê? Entre os participantes, 89% dos profissionais relataram ser importante saber se há um aluno em situação de abuso. Os outros 11% declararam não ser importante saber antes, entretanto fazem alusão à descoberta por parte do profissional. Quando questionados sobre a razão de conhecer, os participantes alegaram aspectos que foram incorporados nas seguintes categorias: observação e análise, solução para o aluno e professor-aluno.

Em relação à observação e análise foi relatada a importância de conhecer e entender os comportamentos e os possíveis problemas que possam surgir em decorrência do abuso. Os educadores apresentaram ainda a importância de saber do caso para realizar trabalhos estratégicos a fim de promover espaços de socialização por meio de uma objetivação na relação professor-aluno que vise a melhor atender o aluno. Ao longo das respostas os participantes apresentaram aspectos que têm como foco o aluno.

**Gráfico- 2 - Importância de saber se há abuso na prática em sala**



*Fonte: dados da pesquisa.*

**Tabela 9 - Por que acha importante saber se há aluno em situação de abuso**

Participantes	Observação e análise	Solução para o aluno	Professor-aluno
P1	Manifestação de comportamento.		
P2		Resgate	Relação professor aluno- diálogo



<b>P3</b>	Compreender comportamento	Superar	
<b>P4</b>	O que foi afetado aprendido	Trabalho aprofundado	
<b>P5</b>	Diagnosticar problemas com o assunto	Trabalho estratégico	Objetivar a relação
<b>P6</b>		Socialização e compreensão	Respeito
<b>P7</b>		Fazer algo pela criança	
<b>OE</b>	Entender comportamentos	Metodologia	Plano de ação para a situação
<b>Coord.</b>	Descoberta por meio de olhar crítico		

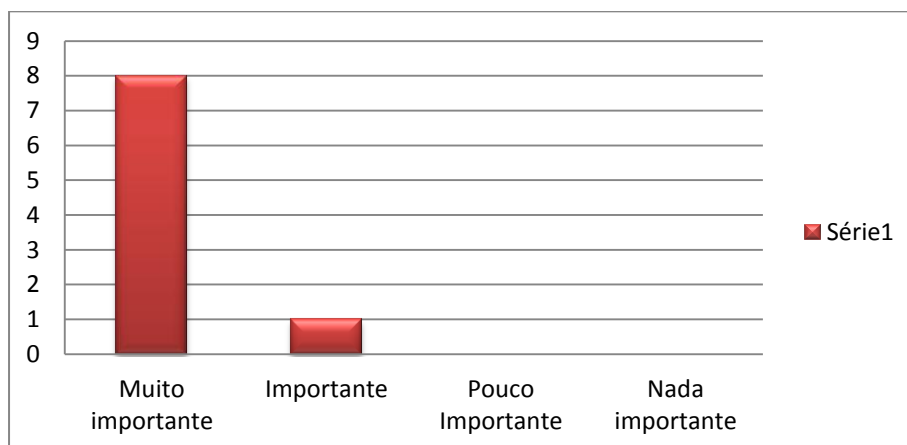
*Fonte: dados da pesquisa.*

### 3.2.6 *Envolvimento da escola*

Foram duas as questões destinadas ao envolvimento da escola frente ao abuso: uma para classificação e outra para descrição. São elas: como você classifica a importância de a escola realizar um trabalho específico com esses alunos? As opções de resposta foram: Muito importante, Importante, Pouco importante ou Nada importante. E a outra pergunta: que tipo de trabalho a escola poderia realizar?

Obtivemos o seguinte resultado: dentre os nove participantes, oito classificam como muito importante e apenas um como importante, não tendo nenhum que não julgasse importante um trabalho específico na escola para trabalhar o tema. Os profissionais indicaram como formas de trabalho na escola o foco no envolvimento da família, um trabalho direcionado aos profissionais da escola, formas de alerta às crianças e por último a escola deveria encaminhar os alunos a especialistas.

**Gráfico 3 - Importância de intervenção pedagógica**



*Fonte: dados da pesquisa.*

**Tabela 10 – Que tipo de trabalho a escola pode realizar**

<b>Participantes</b>	<b>Família</b>	<b>Profissionais</b>	<b>Criança</b>	<b>Especialista</b>
<b>P1</b>			Instruções para a denúncia da criança	Apoio psicológico
<b>P2</b>	Familiar		Imagem, fé, saúde, orientação às demais crianças para a não violência	
<b>P3</b>		Palestras, seminários, debates para lidar melhor com a situação	Atividades lúdicas para alertar	
<b>P4</b>				Acompanhamento psicopedagógico
<b>P5</b>			Toque em determinadas parte é carinho, em outras não.	
<b>P6</b>	Sem resposta			
<b>P7</b>		Apoio psicológico e emocional		
<b>OE</b>	Palestra com pais			
<b>Coord.</b>	Projetos com alunos e pais			

*Fonte: dados da pesquisa.*

Há uma relação entre as tabelas 8, 9 e 10, bem como os gráficos 1, 2 e 3. Na presente pesquisa 44% dos educadores obtiveram contato com alunos em situação de abuso sexual e em sua maioria consideraram ser importante saber desses casos. Para eles, ter acesso ao caso é importante para decidir como lidar com a criança, bem como auxiliá-la nas prováveis dificuldades, pois a postura do educador está relacionada ao fato de ter ciência dos casos. De acordo com o estudo de Rocha e colaboradores, em 44% dos casos de abuso sexual, o professor é o primeiro a saber. Logo, percebemos a importância que esse educador tem no processo de aquisição de confiança desse aluno.

A importância de conhecer o caso de abuso é relada na tabela 9 como forma fundamental para o trabalho do professor, pois é a partir da ciência do caso que o aluno é colocado como foco e que se começa a pensar nas melhores formas para atendê-lo. Watson (1994) menciona que crianças em situação de abuso apresentam dificuldades de confiar no outro e, por conseguinte, formar relacionamentos. Se o educador conhecer a

situação do aluno, passa a compreendê-lo melhor e tem a possibilidade de aprimorar sua fundamentação a fim de atender seu aluno adequadamente em suas especificidades.

No gráfico 3 e na tabela 10, os participantes descrevem como muito importante um trabalho diferenciado e direcionado aos alunos em situação de abuso sexual e especificam trabalhos que julgam ser relevantes para seu educando. De acordo com Araújo (2006), a revelação do abuso sexual produz na família e nos profissionais uma crise imediata. Dessa forma, o trabalho realizado pela escola deve alcançar as dificuldades e comportamentos apresentados pelos alunos, entendendo que os aspectos citados pelos educadores estão previstos no currículo nacional pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº. 9.394 de 20/12/96.

### *3.2.7 Desafios que a situação de abuso impõe ao educador*

Quais os principais desafios e dificuldades para um professor lidar, em sua sala de aula, com situações de abuso ou violência sexual? Na oitava questão os participantes foram questionados sobre o que acreditavam serem suas maiores dificuldades em sala de aula para lidar com a situação do abuso. As respostas foram distribuídas em três categorias, criadas a partir da frequência em que surgiam nas respostas (seguem na tabela 11). São elas: os desafios para estabelecer relações, conhecimento sobre o assunto e diversos. As respostas abrangem diversos aspectos de insegurança desses profissionais quanto ao seu preparo sobre o tema, havendo relatos sobre o despreparo para lidar com o tema, seja ele emocional, na formação ou pela própria falta de conhecimento sobre o assunto. Apontam ainda um desafio no estabelecimento das relações com a criança em situação de abuso, pois é necessário que haja uma relação de confiança no outro, que pode ser abalada em virtude do abuso. Ainda como desafio para lidar com o tema em sala de aula, os participantes apontaram a quantidade de alunos como um agravante para lidar com a situação, a família frente ao problema e o relacionamento da criança em situação de abuso com os colegas, pois estes não compreendem a situação em que a criança se encontra e possivelmente não entenderiam seu comportamento.

**Tabela 11 – Dificuldades para um professor lidar, em sua sala de aula, com situações de abuso ou violência sexual.**

Participantes	Relação de confiança	Conhecimento sobre o assunto	Outros
<b>P1</b>		Falta de instrução e experiência	
<b>P2</b>			Quantidade de alunos não permite
<b>P3</b>			A família
<b>P4</b>			Relacionamento da criança com turma, pois a gravidade impede que esses entendam o ocorrido
<b>P5</b>	Aproximação, desconfiança no educador e escola para que gere amizade.		
<b>P6</b>		Vários, formação para atuar frente à situação	
<b>P7</b>	Fazer com que se sinta confiante no ambiente escolar		
<b>OE</b>		Falta de instrução e despreparo emocional	
<b>Coord.</b>			Se não houver olhar crítico haverá dificuldade

*Fonte: dados da pesquisa.*

Observando a Tabela 11, foram relatadas as dificuldades dos educadores para lidar com a situação do abuso, e três deles julgam a falta de conhecimento como a maior dificuldade. Os demais aspectos citados (vide tabela 11), exceto a quantidade de alunos, indiretamente encontram-se com a falta de instrução relatada. A partir do momento em que o educador conhece a sensibilidade do assunto que permeia sua sala de aula, este buscará em sua formação formas para atuar frente ao problema a fim de solucioná-lo. Por que estes profissionais abordam a falta de preparo como sua maior dificuldade em sala de aula?

Essa dificuldade citada pelos próprios educadores interfere na postura e nas atitudes tomadas por eles, sendo estas visivelmente refletidas na primeira questão, como especificado na tabela 5. Não há como apontar unicamente o despreparo desses

profissionais colocando em cheque sua competência, a reflexão deve ir além. Nos arts. 241 e 18 do ECA é acentuado como dever de todos velar pela dignidade em todos os aspectos, dessa forma a escola e seus profissionais estão incluídos nessa premissa. Entretanto, não se pode cobrar algo que não é fornecido. Se há despreparo dos profissionais, há falta na formação destes e, antes de se pensar na cobrança de atitudes dos educadores é necessário prepará-los para tal cobrança.

### 3.2.4 *Concepções de abuso sexual pelos educadores*

O que você entende por violência ou abuso sexual? A fim de entender as proposições acerca do pensamento do profissional sobre o abuso, a questão sobre o que entendem sobre o assunto foi disposta na penúltima questão. Sendo assim, as respostas obtidas foram categorizadas em três grupos que incorporam as respostas em palavras chave: violência, toque ou insinuação, e ligado à moralidade. A violência, a agressividade, o estupro e a violência física foram muito frequentes nas respostas dos educadores, estando em 75% delas. Outro enfoque presente foram questões ligadas à moralidade, em que foram considerados como abuso o desrespeito verbal, atividades que firam a pureza e a ingenuidade da vítima, o ato de falar obscenidades, causar insegurança, vergonha e humilhação à vítima. Em último caso são suscitadas representações de abuso atrelado ao toque em partes íntimas e insinuação sem consumação, sendo entendida pela pesquisa como algo relacionado à moralidade e ao toque.

**Tabela 12 – O que entende por violência/abuso sexual**

<b>Participantes</b>	<b>Violência</b>	<b>Toque</b>	<b>Ligado à moralidade</b>
<b>P1</b>	Imposição de ato sexuais contra a vontade, aproveita da fragilidade		
<b>P2</b>	Assédio, estupro e físico		Desrespeito verbal
<b>P3</b>	Violência e violação cruel contra o corpo do outro		
<b>P4</b>			Toda atividade que atinja a pureza da vitima
<b>P5</b>		Tocar em partes íntimas	Falar obscenidade à criança ou adolescente
<b>P6</b>	Relação sexual imposta por violência física, ameaças à		

	criança ou adolescente		
<b>P7</b>	Tudo que causa dor		Insegurança, vergonha
<b>OE</b>	Ato sem consentimento da parte, de forma brusca, violenta, agressiva		Humilhante
<b>Coord.</b>		Insinuação sem consumação.	

*Fonte: dados da pesquisa.*

A compreensão dos educadores, como está disposto na tabela 12, sobre o que é o abuso sexual mostra a percepção ligada ao que é estabelecido em senso comum. As proposições dos professores estão fortemente ligadas à violência e agressão. Entretanto, como afirmam Borges e Dell'aglio (2008), o abuso sexual vai além do que foi descrito por esses profissionais, pode variar entre intercurso sexual com ou sem penetração, incluindo voyeurismo e exibicionismo.

Outro fator levantado nos relatos dos professores, quanto à violência, pode ser tido como equivocado, pois como parte dos casos acontecem com membros da família, os sinais não podem ser observados a olho nu. Araújo (2006) pontua que em casos de abuso sexual infantil geralmente não há o uso da força física, pois os agressores usam da confiança e da relação de poder para envolver a criança no abuso, deixando-a sentimentalmente refém e sem gerar danos visíveis.

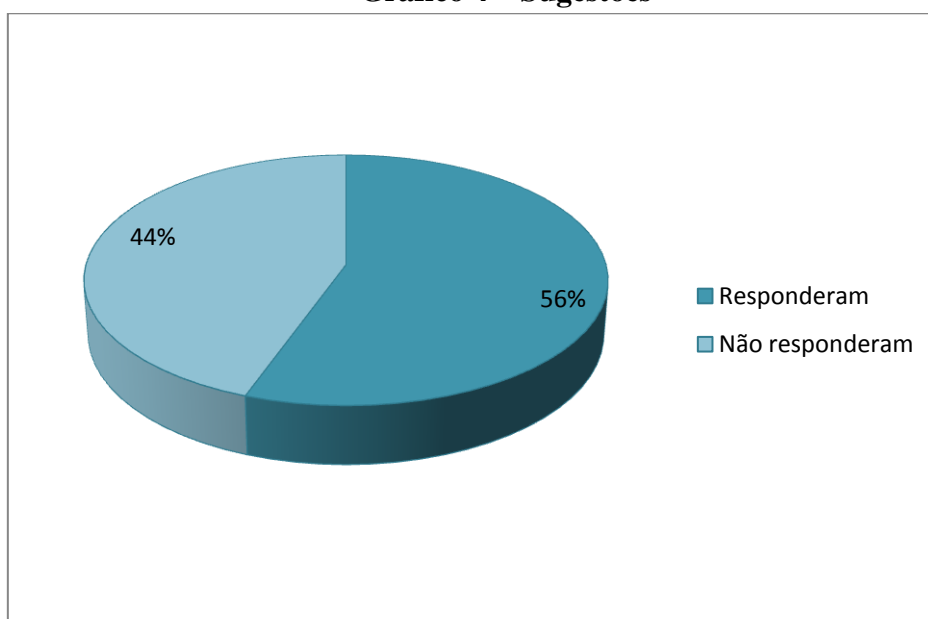
O que se pode observar ainda é a falta de entendimento sobre o abuso sexual, de modo que este se envolve em um emaranhado de outros conceitos, como o estupro. Ocasionalmente os casos de abuso sexual propriamente dito ficam velados por não se igualarem à violência demonstrada em casos de estupro, causando assim a não resolução da situação. Quando a criança está em contexto escolar, a situação de abuso pode passar despercebida pelos educadores por conta do desconhecimento sobre o assunto, suas ramificações e seus conceitos específicos.

### 3.2.5 Sugestões

A décima e última questão buscou dos participantes suas sugestões para a presente pesquisa, após terem tido um breve tempo para refletirem sobre o tema. Dentre os participantes, 44% optaram por não responder à questão. Os demais educadores sugeriram aspectos, agrupados de acordo com a frequência, que se encontram nas seguintes categorias: ao professor, aspectos que auxiliem a criança, a sua aprendizagem

e a sua interação com outras crianças e outros. Foi percebido que grande parte das sugestões foi pautada na insegurança demonstrada na questão 8, que é relacionada às suas dificuldades. Dessa forma, os profissionais pediram para que a pesquisa levantasse aspectos que visassem à abordagem do professor (suas ações, forma de trabalho, e maneiras de identificar o aluno), formas de ajudar a criança a passar e superar a situação e maneiras de promover socialização e aprendizagem esperadas para a criança em situação de abuso. Na categoria foi apresentada a sugestão de um participante que acredita que a pesquisa deveria apresentar uma mudança no currículo.

**Gráfico 4 – Sugestões**



*Fonte: dados da pesquisa.*

**Tabela 13 – Sugestões para a pesquisa**

Participantes	Para o Professor	Para auxiliar a criança	Relação com aprendizagem	Interações com outras crianças	Outro
<b>P1</b>	Instrução para o professor identificar	Ajudar o aluno a superar	Aprender como se espera	Socialização	
<b>P2</b>					Mudar o currículo
<b>P3</b>	Reflexão sobre como o professor deve agir				
<b>P4</b>	Identificação dos sinais	Ajudar a criança desde o início			
<b>P5</b>	Como trabalhar com o				

	aluno sem gerar desconforto				
<b>P6</b>	Não Respondeu				
<b>P7</b>	Não Respondeu				
<b>OE</b>	Não Respondeu				
<b>Coord.</b>	Não Respondeu				

*Fonte: dados da pesquisa.*

A tabela 13 e o gráfico 4 apontam as sugestões dispostas pelos educadores, sendo que essas são de suma importância pois delatam o que falta na instituição para o bom exercício frente ao problema. Os professores têm consciência da gravidade do problema e de que ele deve ser trabalhado, mas se não são levados a refletirem sobre o tema, talvez nunca toquem no assunto até que se deparem com uma situação grave em suas mãos. Os próprios professores sugerem que lhes sejam apresentadas formas para a identificação, formas de agir, como trabalhar com o aluno, entre outros questionamentos.

P2 elencou como prioridade para a pesquisa uma mudança no currículo, e sua sugestão fica em aberto. Entretanto, no que se refere ao currículo, este já propõe ainda na educação infantil um trabalho voltado para a sexualidade. O currículo de toda a educação básica propõe o trabalho de orientação sexual, assim como os PCN's, as diretrizes nacionais e o ECA, mas se há o desconhecimento desses aspectos, certamente o trabalho não está sendo realizado. Por falta de conhecimento, todos esses aspectos passam despercebidos entre os profissionais e instituições, mesmo que muitas vezes tal conhecimento esteja em suas estantes.

A problemática sobre o despreparo dos profissionais da educação frente à situação de abuso é visível nas sugestões sobre o que gostariam de saber pela pesquisa. E esse talvez seja o maior resultado dessa pesquisa, pois ao longo de todas as questões foram notados pontos que nos davam a visibilidade do despreparo dos educadores, como bem aponta Brino e Williams (2003). Para tanto talvez não fosse necessário voltar a discussão para a universidade, já que é ela a responsável pela formalização do conhecimento?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS À GUISA DE CONCLUIR

*“A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido e não na vitória propriamente dita.”*

*Mahatma Gandhi*

O presente estudo buscou analisar as implicações do abuso sexual no processo educacional de crianças no início da escolarização priorizando os olhares dos educadores sobre o tema. Dentro da pesquisa, os procedimentos e métodos utilizados, questionários aplicados com os professores e a análise de um caso buscaram compreender como o educador vê o abuso sexual atuando em contexto escolar e como pensa seu trabalho e postura direcionados ao aluno em situação de abuso sexual.

A infância é uma fase de desenvolvimento fundamental e os processos pelos quais a criança passa nesse momento são fundamentais para o seu desenvolvimento, seja ele cognitivo ou social. É ainda na infância que a criança se mostra dependente de seus tutores e responsáveis para ser cuidada e guiada na formação das representações de mundo e das relações sociais em que está sendo inserida. Nesse processo, o conhecimento e a confiança no outro são o que possibilita a construção de si mesmo. O presente trabalho analisou uma questão que afeta o desenvolvimento da criança e sua percepção do mundo: o abuso sexual. Watson, muito citado no trabalho, menciona com destaque a relevância da quebra de confiança no outro por parte de uma criança em situação de abuso. O abuso sexual vai além de um ato sexual forçado, pois como aponta Vidal (2002), a sexualidade não se reduz à genitalidade. Entretanto, atinge todo o corpo e a mente do sujeito, fere o corpo, a alma (entendendo seu mundo psíquico), a mente, a família e as lembranças, e é por isso que abala o mundo que a criança, que ainda está em desenvolvimento, conhece.

Quando o abuso sexual passa a ser representado na escola, os indivíduos que fazem parte desse contexto precisam se pronunciar frente ao problema. A presença na escola foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento do problema dentro da instituição escolar. Os procedimentos empíricos utilizados foram fundamentais para compreender como os educadores percebem o tema e a sua

importância. A compreensão dos educadores mostra que, ainda que os professores tenham a sensibilidade da importância de se refletir sobre o abuso, suas concepções são pautadas no senso comum e em crenças aleatórias. Para eles o abuso é a violência sistematizada e esta certamente inclui problemas externos dos quais os educadores preferem permanecer distantes.

Mesmo que compreendam que o tema é importante para sua prática em sala e para seus alunos, a busca por entender mais sobre o assunto faz parte da reflexão de suas práticas educativas. Na aplicação foi observado que muitos professores se negaram a fazer parte da pesquisa não respondendo ao questionário. Observa-se também que ainda há resistência ao assunto e que por mais que se pareça um tema discutido, o tabu em volta da sexualidade ainda possui forte representatividade.

Por meio da pesquisa, pôde ser observada a falta de conhecimento por parte dos profissionais da educação frente ao problema. Nessa percepção a atuação dos educadores junto a educandos em situação de violência sexual é em parte arriscada. O despreparo desses profissionais pode colocar seus alunos em risco, quando resolverem, por exemplo, comunicar o pai sobre a situação, quando possivelmente o pai poderia ser o agressor. Muitos educadores mostraram-se inclinados a desenvolver uma prática diferenciada com o aluno buscando socializá-lo e encaminhá-lo a especialistas. Todavia, suas práticas são pautadas sem conhecimento real sobre o tema. O que vale ser ressaltado é que a pesquisa apontou que não há um trabalho direcionado aos alunos em situação de abuso por parte dos educadores e nem mesmo por parte da escola. Entretanto, este trabalho já é previsto em leis e também foi apontado pelos educadores como possível de ser realizado em sala de aula e escola, embora ainda com dificuldades.

O ponto crucial relevante à pesquisa é que o abuso sexual ainda não é, por mais que muito discutido atualmente na sociedade, um aspecto pensado pelos sujeitos integrantes da educação. Por essa razão, envolve-se o que já foi apresentado por Brino e Williams (2003): o grande despreparo dos educadores. O abuso sexual é real, tem adentrado o contexto escolar cada vez mais, já é proposto um trabalho preventivo e informativo em lei. O que de fato falta para o trabalho junto aos alunos em situação de abuso?

Os profissionais da educação precisam ter sempre consigo o entendimento de que cada aluno possui uma particularidade que precisa ser atendida por ele para que seu trabalho seja desenvolvido da melhor maneira possível, ou até mesmo para que possa encaminhar seu aluno quando julgar necessário. Com o abuso sexual não é diferente; é

preciso voltar-se a essa especificidade do aluno e buscar auxiliá-lo da melhor maneira, e o primeiro passo é, sem dúvida, a busca pelo conhecimento aprofundado ao tema.

Assim, as instituições de ensino superior precisam voltar-se à formação desse educador que lidará com diversos casos para os quais não está preparado, entre eles um possível abuso sexual. É necessário que durante o curso haja espaço em disciplinas para o estudo e a discussão de questões e experiências relacionadas ao abuso sexual e suas implicações no processo educativo, tanto para os alunos quanto para os demais profissionais da educação envolvidos. Para se pensar o abuso sexual e formas de trabalho junto aos alunos é preciso que também ocorram mudanças na formação dos educadores, para que sejam capazes de identificar o problema e atuar frente a ele.

Perante as considerações dispostas, foi verificado que os objetivos propostos inicialmente foram alcançados por meio dos procedimentos empíricos utilizados, bem como a revisão literária utilizada foi fundamental para as análises e resultados obtidos. No entanto, vê-se que ainda há muitas questões particulares ao abuso em contexto escolar que precisam ser revisitadas e ainda pesquisadas. Não há como concluir um trabalho percebendo que sua questão fundamental continua sem respostas aos que atuam diretamente com o problema.

### PARTE III - PERSPECIVAS FUTURAS

#### “O fim nunca está próximo”

*Cortella, 2005*

*“Queremos vencer os finais e reinventá-los de maneira incessante.”*

*Mario Sergio Cortella*

A Pedagogia foi uma descoberta linda, imaginei ainda quando criança ser a “tia”, a professora da escola, e saio hoje com a visão de algo muito mais grandioso. Há vida além da escola, mas é ela que ainda me encanta os olhos, é para os que fazem parte dela que busco o melhor para minha formação. Nesse período descobri, com as vivências em sala de aula, que a Pedagogia vai além do que há no currículo: ela encontra a vida, vida fora que interfere dentro.

Os desafios a partir de agora certamente serão maiores do que foram nesses quatro anos, mas mesmo que de forma utópica, sonho com a pedagogia social, que pensa no indivíduo sentado na cadeira para além do quadro, para o que importa e interfere em seu processo escolar. Não há como desvincular o aluno de sua vida fora da sala. É para essa proposta que pretendo continuar na Universidade, para pensar e aprofundar teoricamente para a sala de aula. Para o presente quero aproveitar a minha família, retribuir a paciência e a compreensão dedicadas a mim. Levar à sala de aula o que me foi presenteado por meio desse estudo.

Para um futuro próximo, espero aprofundar o estudo sobre o abuso sexual e suas implicações no processo educacional. Há muito para mergulhar nesse grande mar, há muito trabalho pela frente, e não pretendo parar, ainda que com dureza no caminho a gratificação de ir contra a maré é indescritível. E quem sabe lá na frente, fazer parte do processo de formação dos educadores, que hoje me fazem companhia. Faço das palavras de Cortella as minhas palavras para o encerramento deste trabalho. É apenas o final de um ciclo, e é a partir dele que possivelmente tudo se inicia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. v.11, n. 3, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000300014>>. Acesso em: 03 de maio de 2014.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. *In: Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. (2002)

BARROS, Roberta Dias de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; BRINO, Rachel de Faria. Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental. *In: Revista Brasileira de Educação Especial*.v.14 n.1, Marília Jan./Apr. 2008.

BORGES, J.; DELL'AGLIO, D. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. *In: Pesquisa em estudo, Maringá*, 13(2), 371-379, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <[diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_2013.pdf](#)>. Acesso em 18 de abril de 2014.

BRASIL. 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf) >. Acesso em 18 abril de 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares para a educação: orientação sexual**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em 18 de abril de 2014.

DANTAS, Heloysa. A infância da razão. **Uma introdução à psicologia da inteligência de Henri Wallon**. São Paulo, Manole, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. I - 17ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Vol. II, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Graal, 2006.

FREITAS, Clarisse. **Avaliação de Impacto de uma Tecnologia Social para Profissionais de Psicologia que trabalham com Vitimas de Violência sexual**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/> >.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUCZINSKI, Giovana Fagundes; ANCONA-LOPEZA, Marília. **A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica**. Campinas: jan.-mar. 2010.

MACHADO, Janaina. **Abuso sexual na infância: o papel do professor na proteção de Crianças contra o abuso sexual**. Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Disponível em:<[file:///C:/Users/cassia/Dropbox/1\\_janaina\\_machado\\_abuso\\_sexual\\_infancia.pdf](file:///C:/Users/cassia/Dropbox/1_janaina_machado_abuso_sexual_infancia.pdf)>

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

RIBEIRO, Marcos. (Org.). *O Prazer e o Pensar: Orientação sexual para educadores e profissionais de saúde*. 2 v. São Paulo: Editora Gente, 1999.

RAVAGNI, Eduardo. **O que é Sexualidade?** Brasília, 2007.

SILVA, Dener Luis da. **Do gesto ao símbolo:** a teoria de Henri Wallon sobre a formação simbólica. Educar, Editora UFPR, Curitiba, n. 30, p. 145-163, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n30/a10n30.pdf>>

VIDAL, Marciano. **Ética da Sexualidade.** São Paulo, Brasil: Editora Loyola, 2002.

WATSON, Kenneth. **Substitute care providers:** Helping abused and neglected children. Washington, DC: National Center on Child Abuse and Neglect, 1994.

WHO. **Understanding and addressing violence against women:** Sexual violence. 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/cassia/Dropbox/WHO\\_RHR\\_12.37\\_eng.pdf](file:///C:/Users/cassia/Dropbox/WHO_RHR_12.37_eng.pdf)>.

## APÊNDICES



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação - FE

Projeto 5 – Trabalho de Conclusão de Curso

**Título: Implicações do Abuso Sexual do processo educacional: um olhar para a criança**

Graduanda Cássia Oliveira Gonçalves - 10/0096476

Orientador: Doutor Eduardo Olívio Ravagni Nicolini.

Brasília, abril de 2014

Senhor(a) Diretor(a),

A aluna Cássia de Oliveira Gonçalves, matrícula UnB no. 10/0096476, é aluna do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília e está atualmente na fase final de seu curso, momento da realização do trabalho monográfico de conclusão de curso, denominado no currículo do curso de “Projeto 5”, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Ravagni.

O programa do Projeto 5 tem por objetivo proporcionar ao nosso aluno em formação oportunidade de desenvolver um olhar investigativo sobre os processos escolares como forma de enriquecer a sua experiência de formação tanto no magistério como em pesquisa.

Cássia tem o interesse de investigar como os educadores vivenciam e significam o abuso sexual na infância dando destaque ao contexto escolar. Preocupa-nos tais práticas enquanto pedagogos (as) porque observamos na atualidade uma grande ascensão do assunto na sociedade estando à escola também nesse contexto. Quais as implicações disso no processo escolar da criança? Por isso, ela gostaria de aprofundar mais essas questões por meio de um estudo empírico realizado com os educadores.

Apresentamo-nos a esta instituição no intuito de conhecer a realidade educacional e avaliar junto à direção e equipe pedagógica a possibilidade de realizarmos os procedimentos empíricos que consistem na aplicação de questionário com os educadores, devidamente autorizadas pela escola e por suas famílias.

Desde já esclarecemos que o trabalho tem cunho investigativo focado no desenvolvimento dos processos subjetivos de uma forma positiva e construtiva, e que os procedimentos de pesquisa não oferecem nenhum risco ou prejuízo nem para a instituição nem para os sujeitos entrevistados.

Atenciosamente, Eduardo Ravagni.





Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação - FE

Projeto 5 – Trabalho de Conclusão de Curso

**Pesquisa: Implicações do Abuso Sexual do processo educacional: um olhar para a criança**

Graduanda Cássia Oliveira Gonçalves - 10/0096476

Orientador: Doutor Eduardo Olívio Ravagni Nicolini.

***TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO***

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado(a) do objetivo geral da pesquisa sobre **Implicações do Abuso Sexual do processo educacional: um olhar para a criança** realizada por Cássia Oliveira Gonçalves<sup>5</sup>, aluna do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, matrícula UnB n 10/0096476.

O trabalho consiste em acompanhar uma estudante de maternal da E. I. no espaço escolar para a construção de um estudo de caso. Para isso, o estudo realizará d observações e análise documental. Será garantida, à participação de minha criança como sujeito do estudo de caso, o sigilo do nome dela e de todos os participantes, como forma de preservar a identidade de cada um. Tenho ciência que poderei me retirar da pesquisa em qualquer momento.

Os benefícios recebidos serão em termos de produção de conhecimento, uma vez que possibilita refletir sobre os processos envolvidos no trabalho.

Assinatura : \_\_\_\_\_

---

<sup>5</sup> Contato: 82098155



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Faculdade de Educação - FE**  
**Disciplina: Projeto 5**  
**Graduanda Cássia Oliveira Gonçalves, Matrícula: 10/0096476**

Olá, caríssimo(a) colega professor(a) colaborador(a)!

Meu nome é Cássia de Oliveira Gonçalves, e sou graduanda no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Visando o aprofundamento no tema do meu trabalho de conclusão de curso, estou desenvolvendo uma pesquisa junto ao Professor Doutor Eduardo Ravagni, que tem por objetivo perceber **a importância trabalho escolar junto a alunos em situação de violência sexual.**

Nesse sentido, sua participação é imprescindível. Gostaria que você, que possui a prática diária em ambiente escolar, respondesse algumas questões com atenção. Sabendo que todas as informações fornecidas terão o anonimato garantido. Os espaços para respostas não são rígidos. Havendo, necessidade de desdobrar sobre qualquer questão, identifique-a e anexe o complemento da resposta ao questionário.

Desde já, agradeço sua colaboração, colocando-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Um abraço, cordial,  
 Cássia de Oliveira Gonçalves  
[cassiaog@gmail.com](mailto:cassiaog@gmail.com)  
 Maio/ 2014

- Sexo? Feminino ( ) Masculino ( ) Idade: \_\_\_\_\_
- Curso e ano de conclusão:  
\_\_\_\_\_
- Tempo de atuação na área de educação?  
\_\_\_\_\_
- Função/cargo atual:  
\_\_\_\_\_
- Especialização ou pós-graduação:  
\_\_\_\_\_

**Leia o caso e comente as questões a seguir:**

Uma criança com seis anos de idade, a partir de um determinado momento, começa a se isolar, buscando brincar sozinha ou com poucos colegas. Demonstra desânimo para a realização de atividades e não aceita se distanciar da mãe em momento algum. Em

momentos de brincadeira a criança demonstra medo de se distanciar do adulto a quem depende seus cuidados. Certo dia a família descobre, por meio de relato da criança, que ela havia passado por uma situação de abuso sexual, a qual seu agressor havia sido o padrasto.

1. O que você faria se essa criança estivesse em sua turma?

---

---

---

2. Quais seriam as consequências de ter um caso desses na dinâmica da sua turma?

---

---

---

3. Na sua opinião, de que forma o abuso/violência sexual interfere na aprendizagem escolar da vítima?

---

---

---

4. Você já teve algum caso de aluno que foi abusado sexualmente ou desconfiou de algum aluno em situação de abuso/violência sexual? ( ) Sim ( ) Não

- a. Se sim, descreva o caso:

---

---

---

5. Você acha importante, para a sua prática de sala de aula, saber se há um aluno em situação de abuso/violência sexual? ( ) Sim ( ) Não

- a. Por quê?

---

---

---

6. Como você classifica a importância de a escola realizar um trabalho específico com esses alunos?

( ) Muito importante ( ) Importante ( ) Pouco importante ( ) Nada importante

7. Que tipo de trabalho a escola poderia realizar?

---

---

---

8. Quais os principais desafios e dificuldades para um professor lidar, em sua sala de aula, com situações de abuso/violência sexual?

---

---

---

9. O que você entende por violência/abuso sexual?

---

---

---

10. Que sugestões você tem para a pesquisa?

---

---

---